AMOSTRA
CNU
memoriza.aí

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO NACIONAL UNIFICADO!

Seja muito bem - vindo!

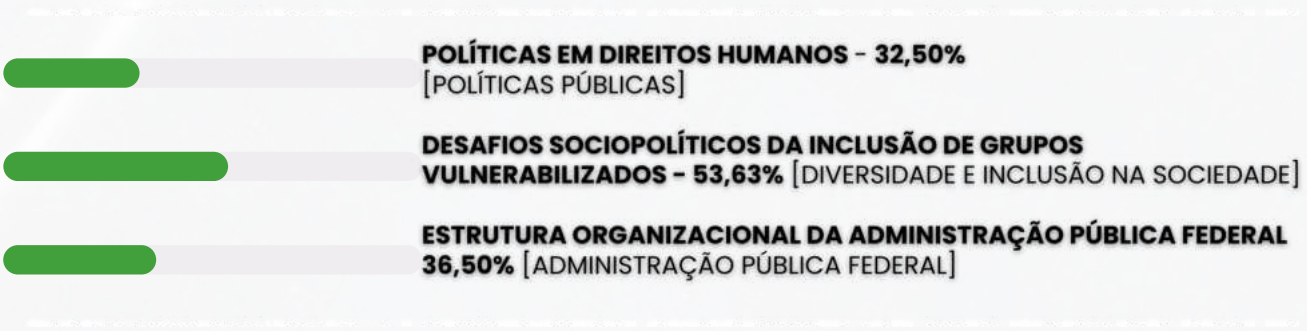
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

E NÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:

BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO
UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.

BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO
O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS**.**

BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL
SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.

BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS
APRENDA NA PRÁTICA A ESTUDAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DO EDITAL, ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS E ORGANIZAR SUA PREPARAÇÃO DE FORMA ESTRATÉGICA. EM 30 DIAS, VOCÊ DOMINARÁ TODOS OS PRINCIPAIS ASSUNTOS DO EDITAL E ESTARÁ PRONTO PARA A SUA PROVA!

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

clique aqui para saber mais!

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Ana Luiza

Oiii! Boa tarde!

Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSERH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:

contato@memorizaai.com.br

ou

clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

SUMÁRIO

BLOCOS NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS GERAIS – BLOCOS 1 AO 7
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 1**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 2**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 3**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 4**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 5**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 6**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 7**

BLOCOS INTERMEDIÁRIOS

CONHECIMENTOS GERAIS – BLOCO 8 E 9
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 8**
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – **BLOCO 9**

memoriza.aí

memoriza.aí

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – **Concurso Nacional Unificado 2025**

CONHECIMENTOS GERAIS (BLOCO 1 AO 7)

- Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania
- Políticas Públicas
- Ética e Integridade
- Diversidade e Inclusão na Sociedade
- Administração Pública Federal
- Trabalho e Tecnologia

BLOCO 1 – SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE

- Seguridade Social
- Saúde
- Assistência Social
- Previdência Social
- Saúde e Segurança do Trabalho

BLOCO 2 – EDUCAÇÃO, CULTURA E PESQUISA

- Gestão do Conhecimento e Comunicação
- Políticas Públicas de Educação
- Políticas Públicas de Cultura
- Pesquisa
- Avaliação

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – **Concurso Nacional Unificado 2025**

BLOCO 3 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

3

- Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)
- Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)
- Gestão de Projetos em CT&I
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) & Ciência de Dados
- Metodologia da Pesquisa Científica

BLOCO 4 – ENGENHARIA, TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE

4

- Gestão de Obras e Serviços de Engenharia
- Planejamento Territorial
- Planejamento e Projetos de Obras
- Agrário e Pesqueiro
- Sustentabilidade e Patrimônio Cultural

BLOCO 5 – GESTÃO GOVERNAMENTAL E FINANÇAS PÚBLICAS

5

- Governança: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos
- Governança: Riscos, Inovação, Participação e Coordenação
- Políticas Públicas
- Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras
- Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO **– Concurso Nacional Unificado 2025**

BLOCO 6 – DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO

- Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inclusão
- Desenvolvimento Produtivo e Regional no Brasil
- Gestão Estratégica e Regulação
- Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil
- Desigualdades e Dinâmicas Socioeconômicas no Brasil

BLOCO 7 – SEGURANÇA, DEFESA E JUSTIÇA

- Gestão Governamental e Métodos Aplicados
- Políticas de Segurança e Defesa – Ambiente Internacional e Tecnologias Emergentes
- Políticas de Segurança e Defesa – Ambiente Nacional e Questões Emergentes
- Políticas de Segurança Pública
- Políticas de Justiça e Cidadania

clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – **Concurso Nacional Unificado 2025**

BLOCO 8: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Noções de Direito
- Realidade Brasileira
- Saúde

BLOCO 9: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Noções de Direito
- Realidade Brasileira
- Regulação e Agências Reguladoras

AGORA, VOCÊ VAI CONHECER POR DENTRO O MATERIAL QUE VAI TRANSFORMAR A SUA FORMA DE ESTUDAR!

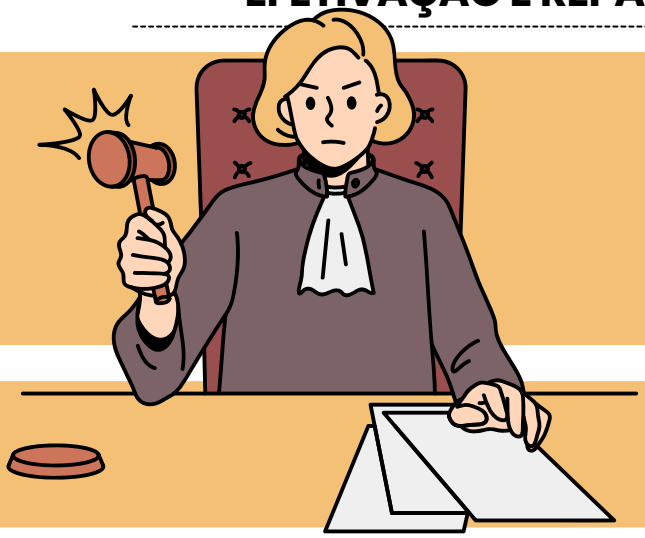
clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS GERAIS
BLOCOS 1 AO 7

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

EFETIVAÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS I



EFETIVAÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

A concretização dos **direitos humanos** diz respeito à **garantia e aplicação prática dos direitos reconhecidos internacionalmente**, como os definidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros tratados e convenções internacionais.

- Isso implica não apenas em ter **leis e políticas que protegem esses direitos**, mas também em **assegurar a aplicação justa e equitativa dessas leis** para todos os membros da sociedade.
- Além das ações governamentais, a **realização dos direitos humanos** envolve a participação da sociedade civil, organizações não governamentais e indivíduos na promoção, proteção e defesa desses direitos.

GUARDE A INFORMAÇÃO: A **REALIZAÇÃO** DOS DIREITOS HUMANOS FOCA NA **GARANTIA** E **APLICAÇÃO** DOS **DIREITOS**

A reparação de direitos humanos trata do **processo de restauração ou compensação para as vítimas de violações** de direitos humanos.

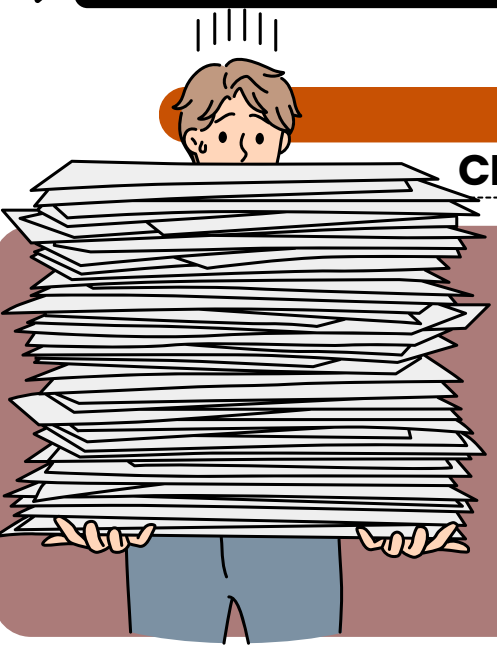
O objetivo da reparação não é apenas restabelecer os direitos das vítimas, mas também **reconhecer** sua **dignidade**, **proporcionar justiça** e um caminho para a **cura**.

- Isso pode incluir várias medidas, como compensação financeira, reabilitação física e psicológica, restituição de bens, garantias de não repetição e reconhecimento público das violações sofridas.

GUARDE A INFORMAÇÃO: A **REPARAÇÃO** DE DIREITOS HUMANOS ESTÁ LIGADA AO **PROCESSO** DE **RESTAURAÇÃO** E **COMPENSAÇÃO** PARA AQUELES QUE FORAM **VÍTIMAS** DE **VIOLAÇÕES** DESSES DIREITOS.

AMBOS OS CONCEITOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA **PROMOVER** A **JUSTIÇA**, A **IGUALDADE** E O **RESPEITO** PELOS DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE.

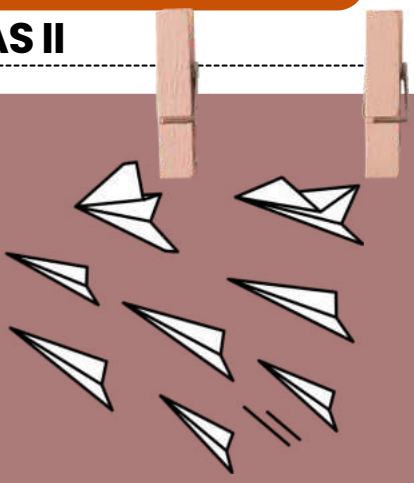
clique aqui para conhecer o material completo



DICA

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS II

CONSTRUÇÃO DA AGENDA



Antes de iniciar qualquer processo, é imperativo que o poder público tenha **clareza** quanto às suas **prioridades**.

Diante da ampla gama de setores que demandam **investimentos contínuos**, como saúde, educação e habitação, por exemplo, frequentemente nos deparamos com recursos escassos para atender todas as demandas necessárias.

- Assim, a primeira fase concentra-se na **identificação dos problemas que requerem maior atenção**, visando orientar o planejamento.
- Durante essa etapa, os atores envolvidos devem conduzir análises abrangentes de todos os dados existentes sobre a situação.

É A PARTIR DO **RECONHECIMENTO** DOS **PROBLEMAS PRIORITÁRIOS** QUE A **AGENDA GOVERNAMENTAL** SE **DELINEIA**.

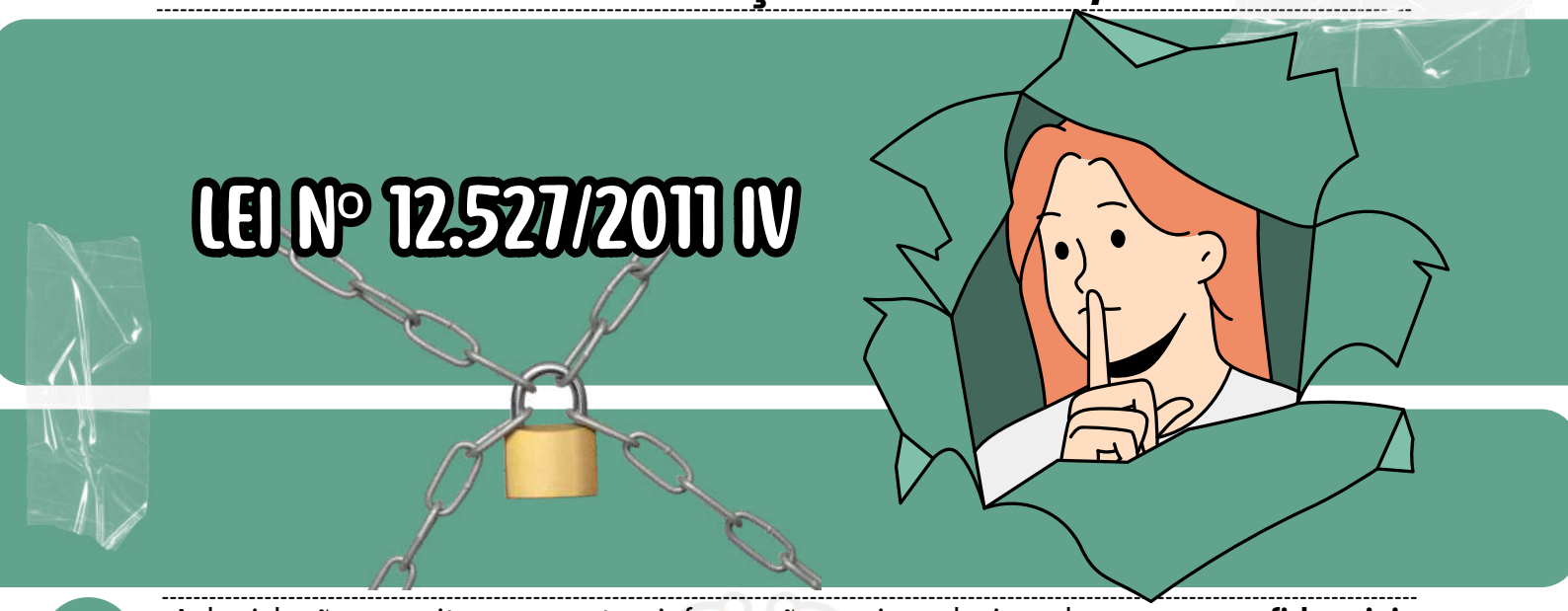
No entanto, diante do elevado número de questões a serem abordadas, nem todas as ações delineadas na agenda receberão resposta imediata.

- Esse cenário ocorre principalmente devido à **necessidade de avaliação criteriosa** de fatores como:
- custo-benefício;
- disponibilidade de recursos e
- urgência das demandas para viabilizar efetivamente muitos projetos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

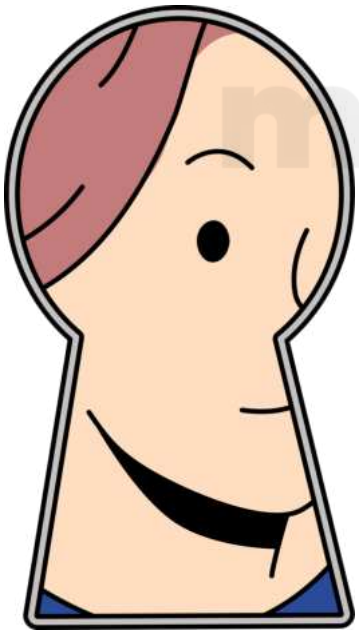
ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar** a **segurança nacional**, a **defesa**, ou as r**elações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.



ULTRASSECRETO:
Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo** de **confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:
Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**..

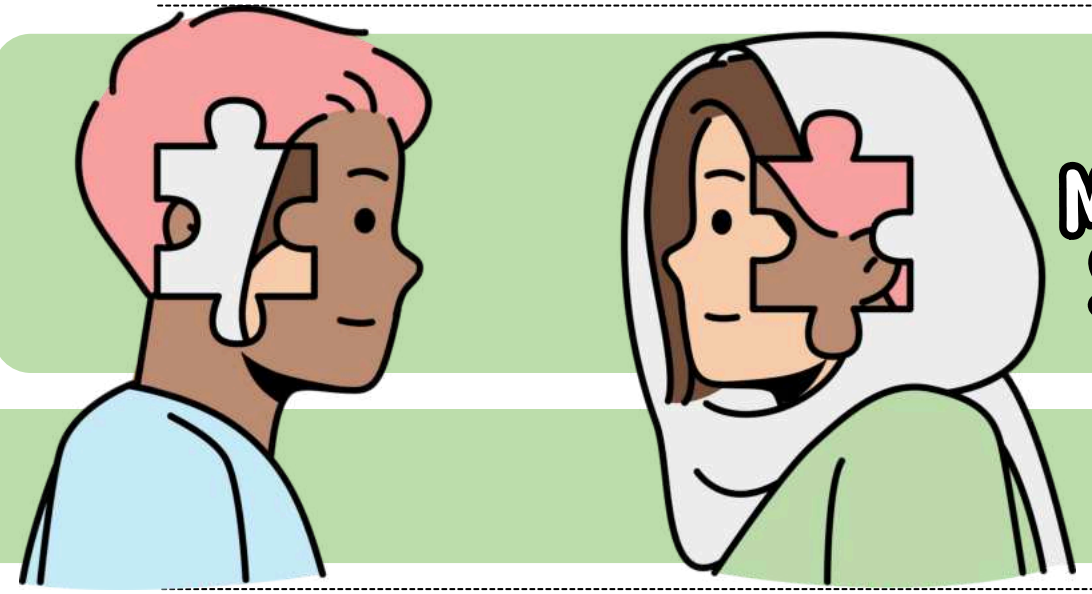
RESERVADO:
Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**..

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

TIPOS DE DIVERSIDADE V



MINORIAS SOCIAIS

Minorias sociais são grupos de pessoas que enfrentam **desvantagens** ou **discriminação** devido a características como **raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, status socioeconômico** ou qualquer outra característica que as coloque em uma posição de marginalização em relação à maioria da população.

No Brasil, algumas das principais minorias são:

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

LGBTQIAP+

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NEGROS

INDÍGENAS

PESSOAS IDOSAS

Esses grupos muitas vezes têm menos acesso a **recursos**, **oportunidades** e **direitos**, e enfrentam obstáculos adicionais em suas vidas cotidianas devido à **discriminação** e **estigma social**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VII

PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Você sabe o que é?

A atuação da Administração Pública, **em todos os seus níveis**, está sujeita à observância de princípios constitucionais específicos: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** Esses princípios **têm aplicação obrigatória em toda a extensão da Administração Pública, abrangendo tanto a esfera direta quanto a indireta, além dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).**

LEGALIDADE

A legalidade é um princípio fundamental no contexto de um Estado democrático de direito, **representando a sujeição do Estado às leis**. Através do estrito cumprimento das leis, a vontade do povo é efetivada e, assim, o interesse público é preservado.
É importante destacar que ao mencionarmos "lei", não estamos limitando a referência apenas às leis formais, que são elaboradas pelo Poder Legislativo. De acordo com o princípio da legalidade, **todas as normas devem ser respeitadas, incluindo os atos infralegais, como decretos, portarias e instruções normativas.**

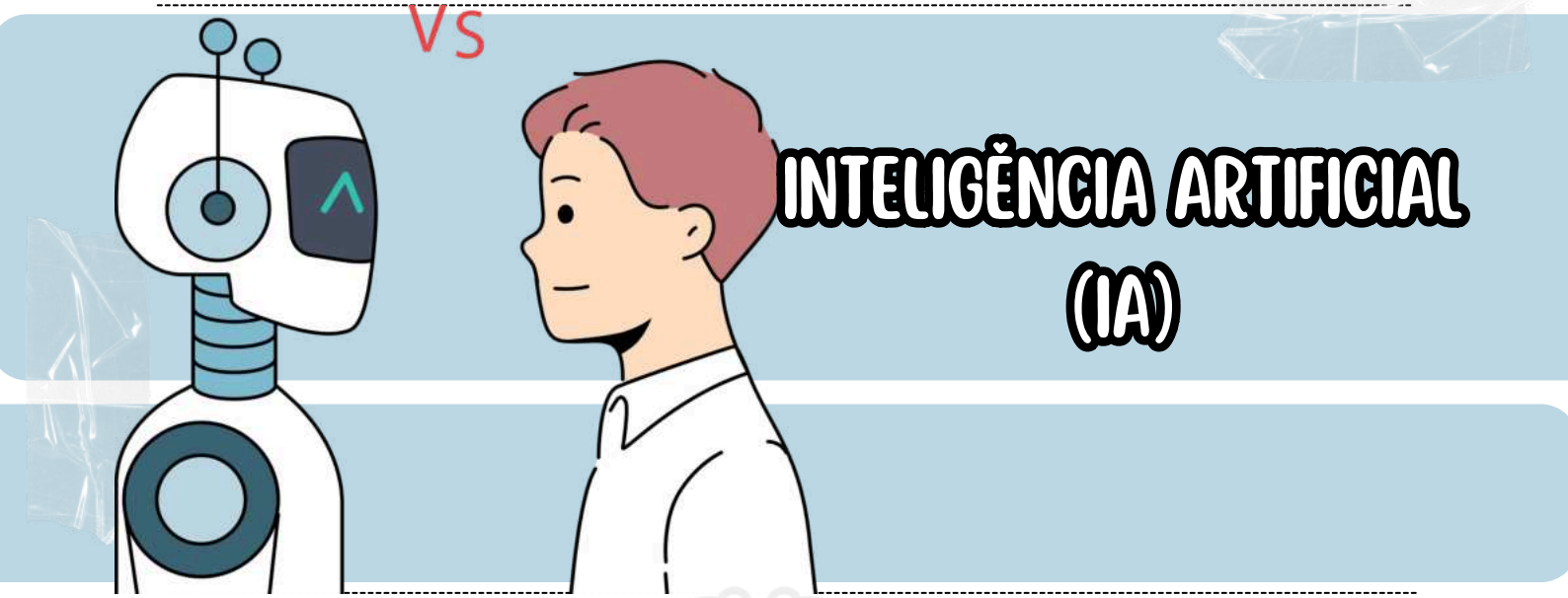
Resumidamente falando...

A Administração Pública **deve atuar de acordo com a lei, agindo apenas dentro dos limites estabelecidos pela legislação** e respeitando os direitos dos cidadãos.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

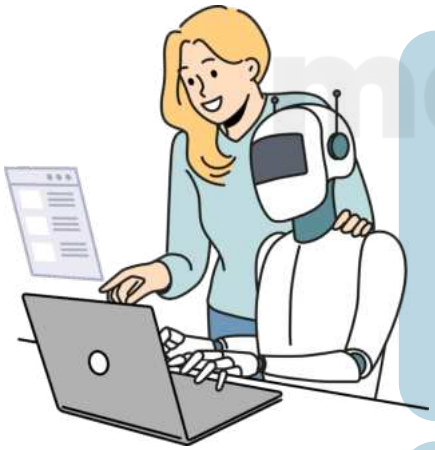
TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NA INTELIGENCIA ARTIFICIAL



A inteligência artificial (IA) está se tornando rapidamente uma **ferramenta essencial no setor público**.

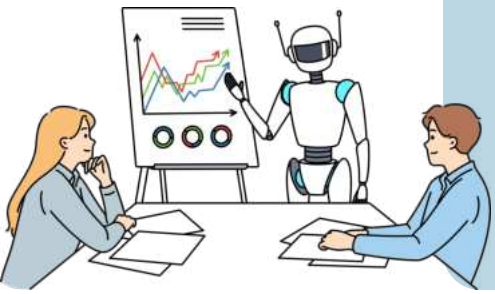
Sua capacidade de automatizar tarefas, analisar dados e tomar decisões pode trazer benefícios significativos para a eficiência, a qualidade dos serviços e a economia de recursos públicos.

No entanto, o **uso da IA no setor público** também levanta preocupações importantes sobre a **transparência** e a **imparcialidade**.



TRANSPARÊNCIA:

- É fundamental **garantir a transparência no uso da IA** no serviço público para que os cidadãos compreendam sua utilização e os servidores públicos sejam responsabilizados por suas decisões.
- Medidas para assegurar a transparência incluem a **publicação de informações sobre os sistemas de IA, realização de consultas públicas e criação de mecanismos de acompanhamento e avaliação**.



IMPARCIALIDADE:

- Outro princípio crucial é a **imparcialidade** no **uso da IA** no serviço público, evitando discriminação e promovendo equidade para todos.
- Para garantir a imparcialidade, é essencial utilizar **dados de qualidade, auditar os sistemas de IA e implementar mecanismos de proteção contra a discriminação**, como um conselho de ética da IA.

Garantir a **transparência** e a **imparcialidade** no uso da IA no serviço público é um desafio complexo que requer **investimento em medidas para garantir sua utilização responsável e ética**.

clique aqui para conhecer o material completo

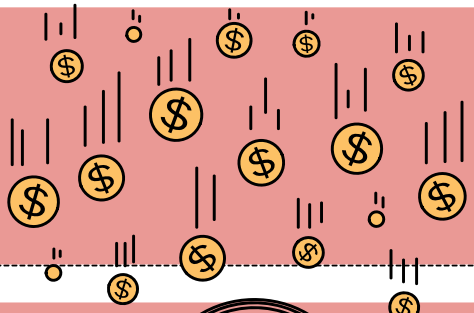
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 1

clique aqui para conhecer o material completo

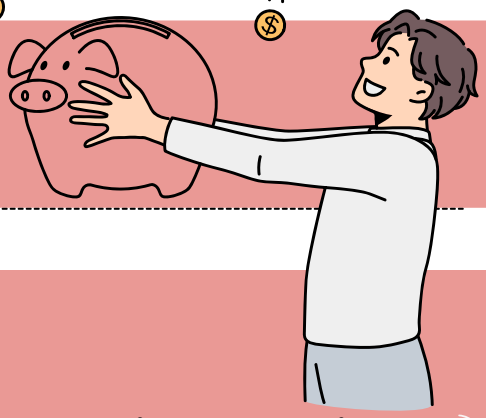
DICA

LEI Nº 8.142/1990 IV

RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS) I



VAMOS DESCOBRIR COMO OS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS) DEVEM SER ALOCADOS?

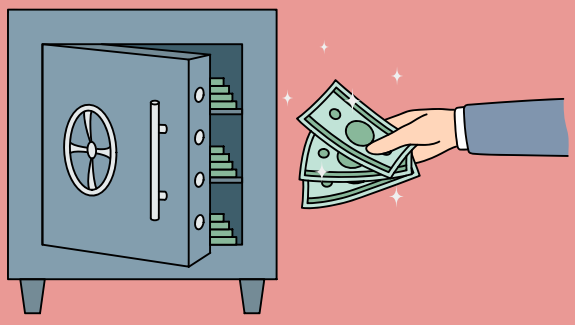


I - **Despesas de custeio e de capital** do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, tanto da administração direta quanto indireta.

II - **Investimentos previstos na lei orçamentária,** que devem ser de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.

III - **Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.**

IV - **Cobertura das ações e serviços de saúde** a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.



LEMBRE-SE!

O Parágrafo único esclarece que os **recursos referidos no inciso IV são destinados a investimentos na rede de serviços de saúde, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar, e a outras ações de saúde.**

MAS, O QUE ISSO QUER DIZER?

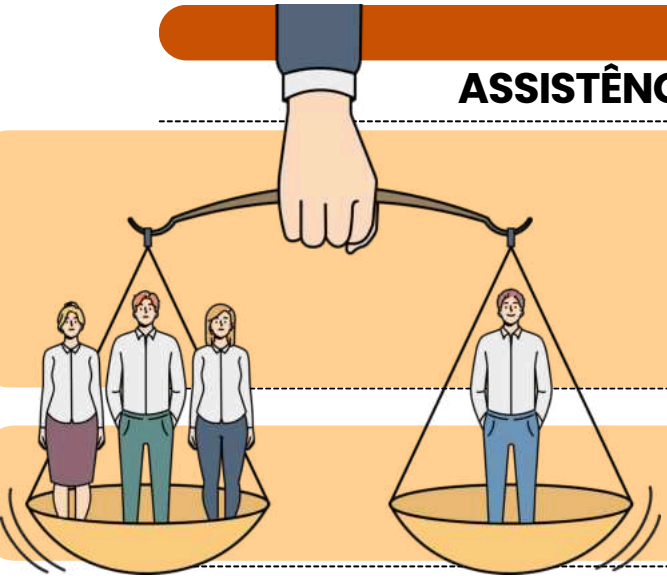
Isso significa que esses recursos **são utilizados para financiar a expansão e a melhoria dos serviços de saúde** nos níveis municipal, estadual e distrital, bem como para **garantir a assistência médica e hospitalar à população.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL – LEI 8.742/93



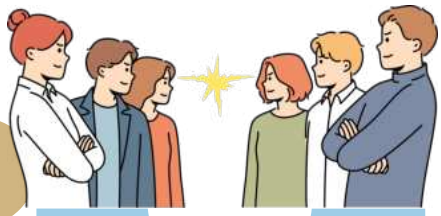
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social no Brasil segue **fundamentos** claros para **garantir** que os **serviços** e **benefícios atendam as necessidades da população** com **dignidade** e **eficácia**. Vamos entender!

Os **princípios** são como as **regras** de **ouro** que **orientam** todas as **ações dessa política**.

PRIORIDADE AO SOCIAL: O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES SOCIAIS VEM ANTES DE QUALQUER **INTERESSE ECONÔMICO**.

DIREITOS UNIVERSAIS: TODOS TÊM DIREITO À **ASSISTÊNCIA SOCIAL**, E ELA DEVE SER **INTEGRADA** A OUTRAS **POLÍTICAS PÚBLICA**S



IGUALDADE DE DIREITOS: **NÃO** PODE HAVER **DISCRIMINAÇÃO**. A ASSISTÊNCIA DEVE ALCANÇAR IGUALMENTE POPULAÇÕES **URBANAS** E **RURAIS**.

DIGNIDADE E RESPEITO: CIDADÃOS DEVEM SER **TRATADOS** COM **RESPEITO**, **AUTONOMIA** E **SEM CONSTRANGIMENTOS** PARA COMPROVAR NECESSIDADE.

TRANSPARÊNCIA: TODA A POPULAÇÃO DEVE SER **INFORMADA** SOBRE OS **SERVIÇOS**, **PROGRAMAS** E **BENEFÍCIOS** DISPONÍVEIS, ALÉM DOS CRITÉRIOS PARA RECEBÊ-LOS.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ORDEM SOCIAL

SEGURIDADE SOCIAL

O artigo 194 da Constituição Federal do Brasil estabelece o **conceito** e o **alcance** da **seguridade social**, definindo-a como um conjunto de **ações integradas** que envolvem tanto os Poderes Públicos quanto a sociedade.

O **objetivo** dessas ações é **garantir** os **direitos dos cidadãos** em três áreas principais: **saúde**, **previdência social** e **assistência social**.

SAÚDE: É UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, GARANTIDO MEDIANTE POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE VISEM À **REDUÇÃO DO RISCO DE DOENÇA** E DE OUTROS AGRAVOS E AO **ACESSO UNIVERSAL E IGUALITÁRIO** ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PARA A **PROMOÇÃO**, **PROTEÇÃO** E **RECUPERAÇÃO** DA SAÚDE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: É UM **SEGURO** QUE O TRABALHADOR CONTRIBUI AO LONGO DA SUA VIDA LABORAL PARA GARANTIR UMA **RENDA** QUANDO NÃO PUDER MAIS TRABALHAR, SEJA POR **IDADE** (APOSENTADORIA), **DOENÇA** (AUXÍLIO-DOENÇA) OU OUTRAS **SITUAÇÕES** PREVISTAS EM LEI. A PREVIDÊNCIA SOCIAL É **CONTRIBUTIVA**, OU SEJA, É NECESSÁRIO QUE O CIDADÃO FAÇA CONTRIBUIÇÕES MENSAIS PARA TER DIREITO AOS SEUS BENEFÍCIOS.

ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESTINA-SE A PROVER O **MÍNIMO SOCIAL** PARA AQUELES QUE NÃO TÊM MEIOS DE PROVER A PRÓPRIA **SUBSISTÊNCIA**, SEM NECESSIDADE DE CONTRIBUIÇÃO. OS BENEFICIÁRIOS SÃO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE **VULNERABILIDADE** E **RISCO SOCIAL**.

CONTRAPRESTAÇÃO DIRETA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL:

- A previdência social é a única das três áreas que exige uma **contraprestação direta**, ou seja, para que o cidadão tenha direito aos benefícios previdenciários, é necessário que ele **contribua financeiramente** para o sistema. *Por exemplo, trabalhadores registrados em carteira (CLT) contribuem para a previdência social através de descontos em seus salários.*

- Os benefícios da **previdência social** são destinados apenas aos **segurados**, ou seja, aqueles que contribuem para o sistema.

SE UMA PESSOA **NÃO CONTRIBUI**, ELA **NÃO TERÁ DIREITO** AOS **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

NOÇÕES CONCEITUAIS DE HIGIENE DO TRABALHO X

EMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO (CAT)

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é um documento essencial que **confirma a ocorrência** de um **acidente de trabalho** ou de uma **doença ocupacional**.

Seu propósito principal é **registrar** o **incidente** tanto para a empresa quanto para o empregado (ou seus dependentes).

Além disso, a CAT desempenha um papel vital ao **comunicar** a **situação** a diversas **entidades.** Sendo assim, a CAT deve ser preenchida em **quatro vias**:

- **1ª Via** - **INSS**: Enviada para o Instituto Nacional do Seguro Social.
- **2ª Via** - **Empregado ou Dependente**: Fica com o trabalhador ou seus dependentes.
- **3ª Via - Sindicato**: Encaminhada ao sindicato representativo da categoria.
- Caso o acidente resulte no **falecimento** do trabalhador, a CAT também deve ser entregue:
  - **5ª via** à **Delegacia Regional do Trabalho** – DRT
  - **6ª via** ao **Sistema Único de Saúde** – SUS
- **4ª Via** - **Empregador**: Deve ser mantida pela empresa no local de trabalho.

Existem três tipos principais de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT):

COMUNICAÇÃO INICIAL (CAT INICIAL):

USADA PARA INFORMAR SOBRE O ACIDENTE OU DOENÇA OCUPACIONAL PELA **PRIMEIRA VEZ.**

COMUNICAÇÃO DE REABERTURA (CAT DE REABERTURA):

EMPREGADA QUANDO É NECESSÁRIO **REABRIR** UM CASO DE ACIDENTE **PREVIAMENTE COMUNICADO**, DEVIDO A COMPLICAÇÕES, AGRAVAMENTOS OU OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS.

COMUNICAÇÃO DE ÓBITO (CAT DE ÓBITO):

UTILIZADA PARA **NOTIFICAR** O **FALECIMENTO** DE UM TRABALHADOR DEVIDO A ACIDENTE DE TRABALHO OU DOENÇA OCUPACIONAL.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 2

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES I

OBJETIVOS DA LGPD

A definição contida no Artigo 1° da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece o escopo e o **propósito** desta legislação fundamental.

De acordo com o texto, a LGPD **regula** o **tratamento de dados pessoais**, incluindo aqueles **realizados em meios digitais**, por **indivíduos** ou **entidades públicas** e **privadas**.

- O objetivo principal é proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como promover o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, ou seja, das pessoas físicas.

ESSA DEFINIÇÃO RESSALTA A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE DIGITAL E RECONHECE A NECESSIDADE DE SALVAGUARDAR OS DIREITOS INDIVIDUAIS, GARANTINDO QUE O TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS SEJA REALIZADO DE FORMA ÉTICA, TRANSPARENTE E RESPEITANDO A AUTONOMIA E A DIGNIDADE DAS PESSOAS.

atenção

- A LGPD se **aplica** tanto a **indivíduos** quanto a **organizações**, estabelecendo **responsabilidades** e **direitos** para ambas as partes.

Portanto, a LGPD representa um marco regulatório essencial para o cenário brasileiro, promovendo a proteção dos dados pessoais em consonância com os princípios constitucionais e os avanços tecnológicos da sociedade contemporânea.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 II

LEI Nº 12.527/2011 II

A Lei de Acesso à Informação define um **processo transparente** para que os cidadãos possam **solicitar informações aos órgãos e entidades públicas**.

O acesso às informações públicas é **gratuito**, a menos que seja necessária a **reprodução de documentos**, ocasião em que uma taxa pode ser aplicada.

O **procedimento** é o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:
Para solicitar informações públicas, é fundamental que o cidadão formule seu pedido de maneira clara e objetiva. Preferencialmente, o pedido deve ser feito por escrito, utilizando o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), quando disponível, ou por outros meios, como carta, e-mail ou presencialmente, conforme as opções oferecidas pelo órgão ou entidade.

IDENTIFICAÇÃO:
O pedido deve conter informações mínimas para identificação do solicitante, como nome, CPF ou CNPJ (se aplicável), endereço de contato e, se possível, dados adicionais que facilitem a resposta.

ESPECIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO DESEJADA:
É essencial descrever claramente a informação desejada no pedido, para que o órgão público possa identificar com precisão a solicitação.

ESCOLHA DO ÓRGÃO COMPETENTE:
O solicitante deve encaminhar o pedido ao órgão ou entidade pública responsável pelas informações solicitadas.

ENVIO DO PEDIDO:
O pedido de informação deve ser encaminhado ao órgão ou entidade pública seguindo os procedimentos e canais estabelecidos por eles, respeitando as regras e prazos definidos para o processamento.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB - LEI Nº 9.394/1996)

DEVER DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR PUBLICA

X – VAGA EM ESCOLA PÚBLICA PRÓXIMA DA RESIDÊNCIA

👶 Toda criança a partir de 4 anos de idade tem direito a vaga perto de casa!

XI – ALFABETIZAÇÃO PLENA AO LONGO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

➡️ O foco é garantir que todos aprendam a ler e escrever com autonomia.

XII – EDUCAÇÃO DIGITAL COM CONECTIVIDADE

➡️ A escola pública deve ter:

A ESCOLA PÚBLICA DEVE TER:

Internet rápida,

Desenvolvimento de competências digitais:

uso de ferramentas, criação de conteúdos, segurança digital etc.

➡️ A **TECNOLOGIA** DEVE SER USADA PARA **FORTALECER PROFESSOR E ALUNO**, CRIANDO ESPAÇOS COLABORATIVOS DE APRENDIZADO.

📑 ART. 4º-A – EDUCAÇÃO PARA ALUNOS INTERNADOS

Se o aluno está internado em hospital ou em casa por tempo prolongado, o Estado deve garantir atendimento educacional.

➡️ O OBJETIVO É QUE NINGUÉM FIQUE SEM ESTUDAR, MESMO DOENTE.

🎯 Dicas de prova:

✅ O Estado é obrigado a garantir **creche** para todas as crianças? → **Não é obrigatório, mas deve ofertar.**

✅ A **educação noturna** é direito de quem? → **De quem precisa estudar em horário alternativo.**

✅ Programas **suplementares** (como merenda) são obrigatórios? → **Sim, em todas as etapas da educação básica.**

✅ O **aluno com deficiência** deve estudar onde? → **Preferencialmente na rede regular, com AEE.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ART. 205 A 214

BASE LEGAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

📖 **ART. 208 – GARANTIAS EDUCACIONAIS DO ESTADO**
Esse artigo detalha o mínimo que o Estado deve assegurar.
Ele é cobrado com frequência por ser muito objetivo.

Obrigatoriedade: dos **4 aos 17 anos** (inclui a pré-escola e todo o ensino médio);

Creche (0 a 3 anos): é **direito**, mas **não é obrigatório;**

Pessoas com deficiência: têm direito a a**tendimento educacional especializado,** preferencialmente na rede regular de ensino;

Educação de jovens e adultos (EJA): o Estado deve **ofertar** para quem não concluiu na idade adequada;

Ensino noturno: deve ser **compatível** com as **necessidades do trabalhador;**

Acesso, permanência e qualidade: são **obrigações constitucionais.**

⚠️ **ATENÇÃO PARA O PARÁGRAFO 1º:**
"O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo."
Ou seja: a pessoa pode acionar o Judiciário caso o Estado não cumpra esse direito.

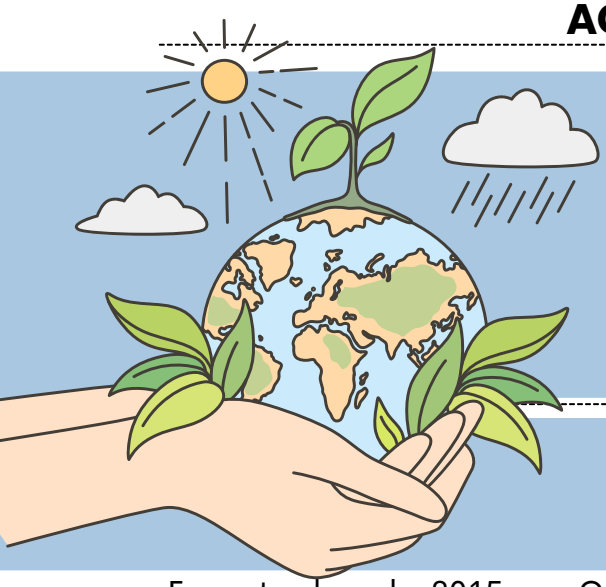
clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 3

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENDA 2030 DA ONU



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

Em setembro de 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram lançados, com a participação de **193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU)**.

Estes 17 objetivos abordam a **erradicação da pobreza, a luta contra desigualdades e injustiças, e a mitigação das mudanças climáticas**.

- Até **2030**, espera-se que **todos os países do mundo se comprometam com esses objetivos e trabalhem em conjunto**, seja por meio do Estado ou da sociedade civil, para alcançar as **metas estabelecidas durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável** em Nova Iorque, nos Estados Unidos.
- Cada parte envolvida **terá papéis e responsabilidades definidos**. Os ODS incluem Educação de Qualidade, Erradicação da Pobreza, Água Potável e Saneamento, Saúde e Bem-estar, Igualdade de Gênero, entre outros.

Para **alcançar esses objetivos**, foram estabelecidas **169 metas** e mais de **300 indicadores**, todos **avaliados** e **aprovados** pela **ONU**.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ACCOUNTABILITY

ACCOUNTABILITY

A "**accountability**" refere-se à capacidade de transparência e prestação de contas. Na gestão pública, é uma ferramenta essencial para manter os ideais democráticos de um país. Ela permite o controle tanto dos processos quanto dos resultados a serem alcançados.

Para entender melhor, **a "accountability" pode ser analisada em três dimensões:**

INFORMAÇÃO (TRANSPARÊNCIA)

Obrigação dos administradores de prestar contas de sua atuação aos administrados.

JUSTIFICAÇÃO (RESPONSIVIDADE)

Responder pedidos de informações, com responsabilização pelos próprios atos.

PUNIÇÃO (SANÇÃO E COERÇÃO)

Capacidade de exigência de aplicação de sanções e incentivos.

TIPOS DE ACCOUNTABILITY

Existem três tipos de accountability que ajudam a manter o governo responsável:

- **Vertical:** que ocorre entre cidadãos e governos através de eleições e votação;
- **Horizontal:** que ocorre entre os poderes do Estado ou órgãos através de mecanismos de freios e contrapesos;
- **Societal:** que envolve a sociedade controlando e fiscalizando o Estado através de associações de cidadãos, movimentos sociais, Conselhos Temáticos Institucionalizados e a mídia.

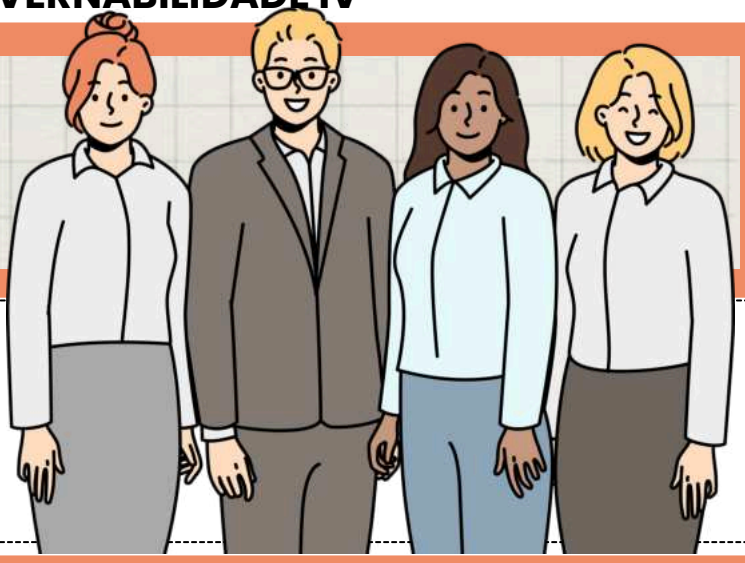
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GOVERNABILIDADE IV

TEORIAS DA GOVERNANÇA



Essas teorias oferecem **diferentes perspectivas e abordagens para compreender e analisar as dinâmicas organizacionais**, contribuindo para a formulação de estratégias eficazes e o entendimento das relações entre os diversos agentes econômicos envolvidos.

TEORIA DA AGÊNCIA:

- **Definição:** Oferece insights sobre as relações complexas nas organizações, destacando os diferentes atores envolvidos.
- **Contribuição:** Ajuda a desenvolver estratégias para mitigar riscos e maximizar a eficiência nas relações organizacionais.

TEORIA DA FIRMA:

- **Pressuposto:** Assume que a empresa tem um proprietário-administrador, ou seja, a mesma pessoa é proprietária e administradora.
- **Enfoque:** Explora as dinâmicas entre a propriedade e a gestão dentro da organização.

TEORIA CONTRATUAL:

- **Perspectiva:** Considera a empresa como um conjunto de contratos, intermediando as relações entre diferentes agentes econômicos.
- **Ênfase:** Destaca que cada relação da empresa envolve contratos específicos, como com investidores, credores e clientes.

TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS:

- **Abordagem:** Entende que as organizações podem se relacionar de maneira cooperativa, não apenas competitiva.
- **Possibilidade:** Permite que as empresas cooperem para combinar recursos, reduzindo a dependência de recursos escassos.

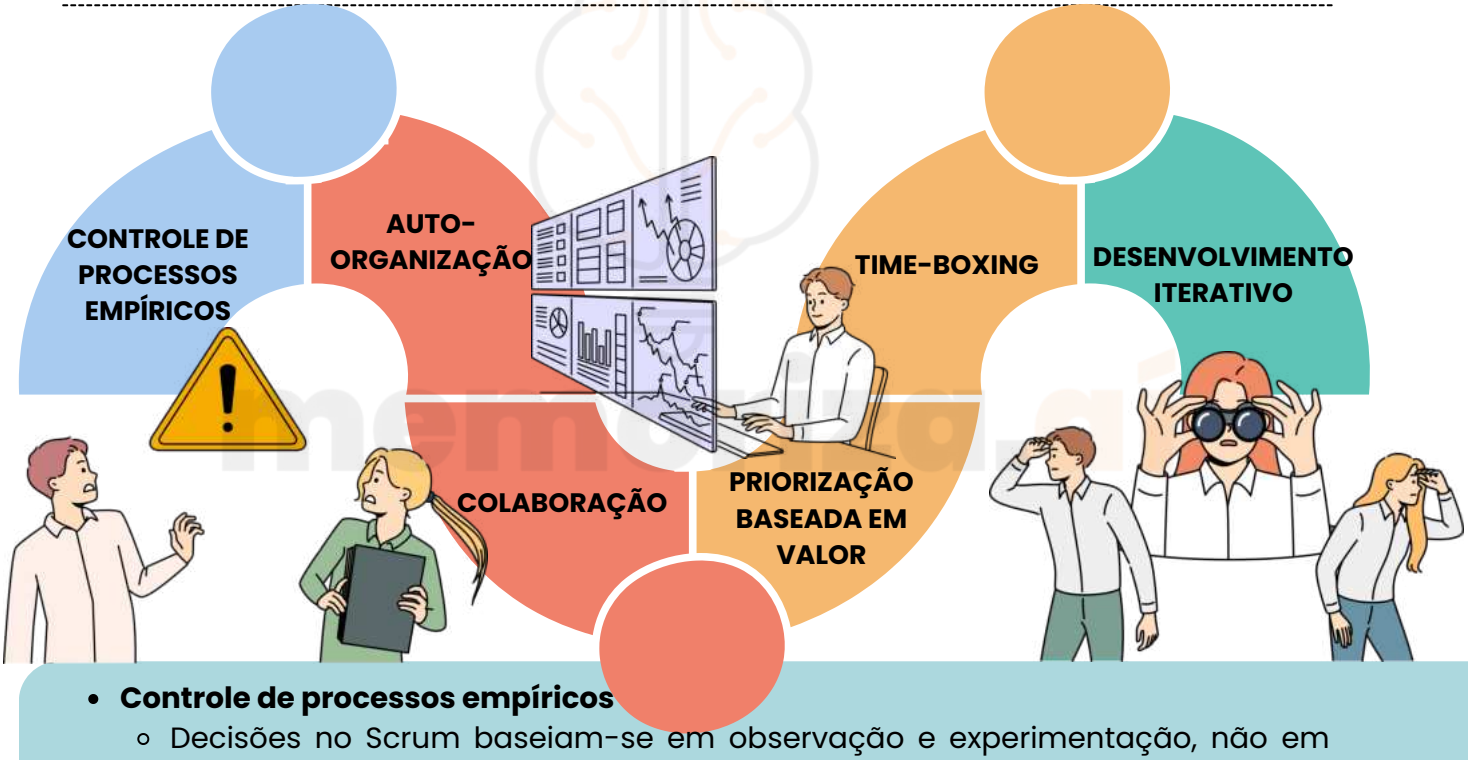
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

METODOLOGIAS ÁGEIS

SCRUM

De acordo com o Guia SBOK™ (Scrum Body of Knowledge), a Scrum tem **seis princípios**.



- **Controle de processos empíricos**
  - Decisões no Scrum baseiam-se em observação e experimentação, não em planejamento antecipado.
- **Auto-organização**
  - Colaboradores são incentivados a ter proatividade e responsabilidade.
- **Colaboração**
  - Trabalho conjunto com stakeholders para criar e validar entregas.
- **Priorização baseada em valor**
  - Objetivo de oferecer máximo valor de negócio em tempo mínimo.
- **Time-boxing**
  - Limitação de tempo para cada evento, garantindo cumprimento de prazos.
- **Desenvolvimento iterativo**
  - Repetição de sprints para gerar valor continuamente ao produto.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 4

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

BDI: CÁLCULO DO BÔNUS DE DESPESAS INDIRETAS EM OBRAS

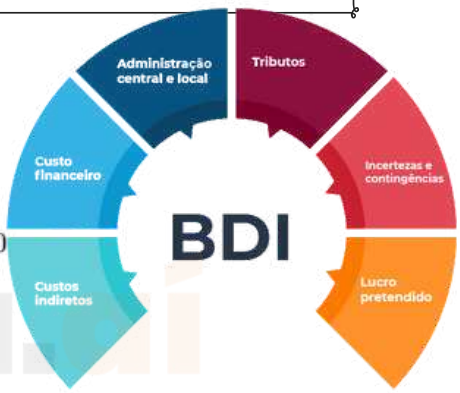
BDI (BÔNUS DE DESPESAS INDIRETAS)

O BDI (Bônus de Despesas Indiretas) é um **fator** aplicado ao **custo direto** de uma obra para determinar o **preço final do serviço**. Ele inclui impostos, despesas administrativas, lucro e outros custos indiretos.

- 📌 Para **obras públicas**, impostos federais são desconsiderados quando a obra é oriunda de um **ente federal**, o que afeta o **cálculo de tributos** (T).
- 📌 A **inclusão de garantias** (G) é outro ponto que diferencia essa fórmula de outras para **obras privadas**.

A **FÓRMULA BDI** PARA **OBRAS PÚBLICAS** É A SEGUINTE:

$$BDI = [((1 + AC + R + S + G) \times (1 + CF) \times (1 + L)) \div (1 - T)] - 1 \times 100$$



ONDE:

- **AC (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL):** REFERE-SE AOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA OBRA, RELACIONADOS AO GERENCIAMENTO E À COORDENAÇÃO DO PROJETO.
- **R (RECEITAS DIVERSAS):** PODE INCLUIR RECEITAS ADICIONAIS NÃO DIRETAMENTE LIGADAS À EXECUÇÃO DA OBRA, MAS QUE PODEM INFLUENCIAR O CUSTO FINAL.
- **S (SEGUROS):** REFERE-SE AOS CUSTOS COM SEGUROS NECESSÁRIOS PARA COBRIR POSSÍVEIS RISCOS DURANTE A OBRA.
- **G (GARANTIAS):** CUSTOS RELATIVOS A GARANTIAS FORNECIDAS DURANTE E APÓS A EXECUÇÃO DA OBRA. INCLUI, POR EXEMPLO, GARANTIAS DE QUALIDADE OU PRAZOS.
- **CF (CUSTOS FINANCEIROS):** CUSTOS RELACIONADOS AO FINANCIAMENTO DA OBRA, INCLUINDO TAXAS DE JUROS E OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS.
- **L (LUCRO):** O VALOR QUE REPRESENTA O LUCRO DESEJADO PELO CONTRATANTE OU EMPREENDEDOR COM A OBRA.
- **T (TRIBUTOS):** IMPOSTOS E TRIBUTOS, QUE PODEM SER DIFERENTES CONFORME O ENTE RESPONSÁVEL (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL). PARA OBRAS PÚBLICAS FEDERAIS, CERTOS IMPOSTOS PODEM SER DESCONSIDERADOS.

📌 Por que o BDI é importante?

✅ Garante que todos os **custos indiretos** sejam cobertos.
✅ Evita **prejuízos** ao precificar serviços.
✅ Auxilia no **equilíbrio financeiro** das empresas do setor.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

PROJETO, PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS EM BIM

BIM (BUILDING INFORMATION MODELING)

O BIM (Building Information Modeling) é uma tecnologia que revoluciona a gestão de obras ao permitir a criação de modelos digitais inteligentes que integram informações detalhadas sobre cada fase do projeto.

Como o **BIM** impacta o **processo** de **obras**?

- 📌 **Projeto –** Permite a criação de modelos tridimensionais detalhados, incluindo estrutura, elétrica, hidráulica e acabamento.
- 📌 **Planejamento –** O BIM possibilita a simulação de cronogramas e custos (4D e 5D), otimizando prazos e orçamento.
- 📌 **Acompanhamento –** A tecnologia permite o monitoramento em tempo real da execução, reduzindo erros e retrabalhos.

VANTAGENS DO BIM NA CONSTRUÇÃO CIVIL:

✅ **Redução de erros e desperdícios –** Detecção antecipada de conflitos (clash detection).
✅ **Maior previsibilidade –** Simulação de diferentes cenários antes da execução.
✅ **Gestão integrada –** Compartilhamento de informações entre equipes multidisciplinares.
✅ **Eficiência no orçamento –** Redução de custos com materiais e mão de obra.

Principais **dimensões** do BIM:

📌 **3D –** Modelagem tridimensional do projeto.
📌 **4D –** Integração com o cronograma (tempo).
📌 **5D –** Controle de custos e orçamentos.
📌 **6D –** Sustentabilidade e eficiência energética.
📌 **7D –** Gestão do ciclo de vida da edificação.

O uso do BIM no **planejamento** e **acompanhamento** de obras transforma a construção civil, tornando os projetos mais precisos, eficientes e sustentáveis.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

LEI Nº 6.938/81

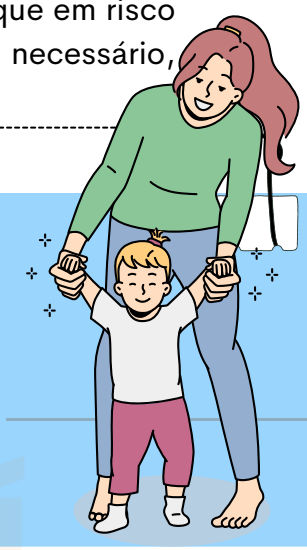
POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O que diz a Lei 6938?

A Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), é uma referência fundamental na proteção ambiental no Brasil.

Esta lei dá **efetividade ao Art. 225 da Constituição Federal**, que consagra o **direito** ao **meio ambiente ecologicamente equilibrado** como **essencial à qualidade de vida**, determinando que qualquer utilização de recursos naturais que coloque em risco o equilíbrio ambiental deve ser devidamente **regulamentada** e, quando necessário, **responsabilizada**.

OBJETIVOS DA LEI 6938

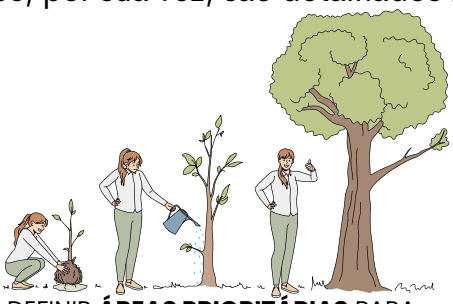


- A PNMA tem como objetivo principal **regulamentar as atividades que impactam o meio ambiente**, visando torná-lo favorável à vida, ao desenvolvimento social e econômico da população.
- Para alcançar esses objetivos, a lei estabelece a necessidade de **preservação**, **melhoria** e **recuperação da qualidade ambiental**, garantindo um m**eio ambiente equilibrado** para atender tanto às necessidades das gerações atuais quanto às futuras.

O objetivo geral concentra-se na **preservação**, **otimização** e **recuperação do meio ambiente,** assegurando que o desenvolvimento aconteça de forma sustentável.

Os objetivos específicos, por sua vez, são detalhados no Art. 4° da Lei n° 6.938.

COMPATIBILIZAR O **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL** COM A **PRESERVAÇÃO** DA **QUALIDADE AMBIENTA**L E O **EQUILÍBRIO ECOLÓGICO**.



DEFINIR **ÁREAS PRIORITÁRIAS** PARA A **AÇÃO GOVERNAMENTAL**, FOCANDO NA QUALIDADE AMBIENTAL E NO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO, DE MODO A ATENDER AOS INTERESSES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS.

ESTABELECER **CRITÉRIOS** E **PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL**, ALÉM DE NORMAS RELACIONADAS AO USO E MANEJO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1/1986

ATIVIDADES QUE EXIGEM EIA/RIMA

Essas obras envolvem o **desmatamento de áreas extensas**, alteram o regime **hidrológico** e podem **fragmentar habitats naturais**. Além disso, podem levar ao aumento de acidentes com animais silvestres, erosão do solo e impactos sobre comunidades locais.

Ferrovias, portos, aeroportos e oleodutos:

- **Ferrovias:** Causam desmatamento, barulho intenso e alterações no fluxo de espécies animais.
- **Portos:** Podem impactar manguezais e outros ecossistemas costeiros, além de alterar o regime de correntes marítimas.
- **Aeroportos:** Impactam fauna e flora locais devido à necessidade de grandes áreas para construção.
- **Oleodutos:** Risco de vazamento de óleo, que pode contaminar solo e água.

Usinas de energia acima de 10 MW:

- Hidrelétricas podem causar alagamento de grandes áreas, perda de biodiversidade e deslocamento de populações ribeirinhas.
- Termelétricas podem emitir gases poluentes e contribuir para o efeito estufa.

- **Extração de minério e combustível fóssil:**
- Grandes escavações podem causar degradação ambiental e gerar grandes volumes de resíduos.
- Impactos incluem poluição de águas subterrâneas e diminuição da qualidade do ar.

Aterros sanitários e destinação de resíduos tóxicos:

- Riscos de contaminação do solo e das águas subterrâneas, além de impactos sobre a saúde pública.

Barragens para fins hidrelétricos ou de irrigação:

- Alteram o fluxo de rios, impactam populações que dependem da pesca e podem provocar o alagamento de áreas de preservação ambiental.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 5

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

GESTÃO DE PESSOAS

FUNÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS I

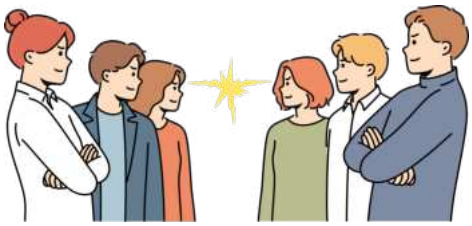
A gestão de pessoas é o **coração pulsante das organizações**, encarregada de cuidar dos **colaboradores** como se fossem **tesouros**!

Ela se ocupa de tudo: **desenvolvimento**, **bem-estar** e aquele **desempenho** digno de Oscar! Cada pedacinho dessa gestão é como uma peça de um quebra-cabeça que, quando encaixadas, fazem a empresa brilhar.

O grande lance? **Otimizar o desempenho**, criar um ambiente de trabalho que é puro amor e alcançar as **metas estratégicas** da companhia! Segundo o guru Chiavenato, os objetivos dessa área de gestão de pessoas são como estrelas que guiam a nave!

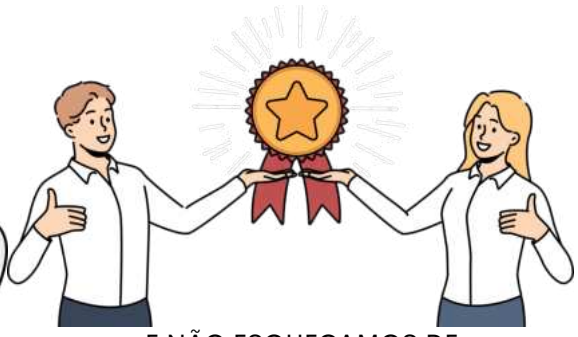
Objetivos - segundo **Chiavenato**, é como dar um empurrãozinho na **organização** para conquistar suas metas e brilhar na missão!

E COMO ISSO É FEITO?



VAMOS TURBINAR A **COMPETITIVIDADE**, EQUIPAR A EQUIPE COM PESSOAS SUPER **TREINADAS** E **MOTIVADAS**, E GARANTIR QUE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SEJA TOP!

É HORA DE ELEVAR A **AUTOATUALIZAÇÃO** E DEIXAR A **SATISFAÇÃO** LÁ EM CIMA!



E NÃO ESQUEÇAMOS DE **ADMINISTRAR** A **MUDANÇA** COMO VERDADEIROS NINJAS, MANTENDO SEMPRE **POLÍTICAS ÉTICAS** E UM COMPORTAMENTO **SOCIALMENTE RESPONSÁVEL**.

Afinal, o objetivo é **construir a melhor empresa** e a **equipe** dos **sonhos**!

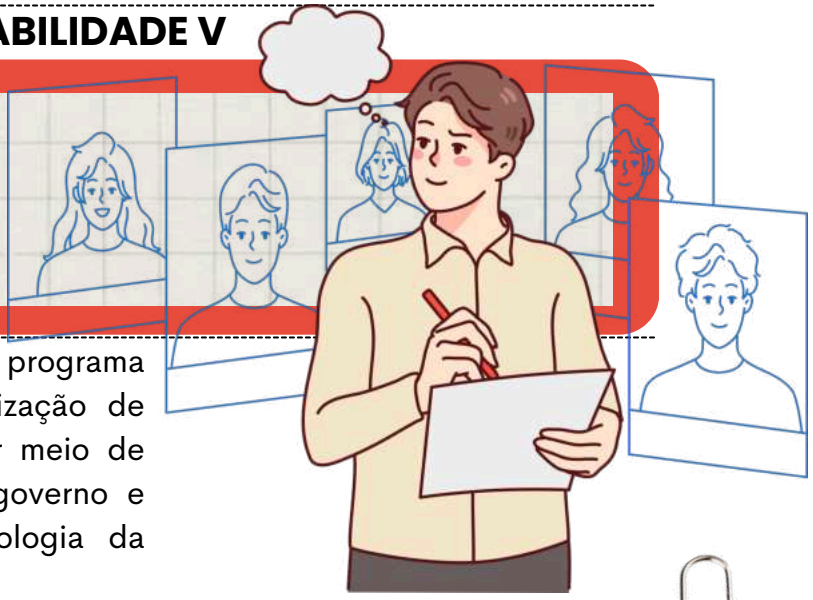
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

GOVERNABILIDADE V

GOVERNO ELETRÔNICO (E-GOV)



O Governo Eletrônico (e-Gov) é um programa governamental direcionado à disponibilização de informações e serviços à sociedade por meio de novos canais de relacionamento entre governo e cidadãos, utilizando recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Este conceito abrange melhorias nos processos internos, eficiência administrativa, governança, elaboração e monitoramento de políticas públicas, integração entre governos e entre governos e cidadãos, aumento da transparência e a possibilidade de participação democrática e controle social.

O **e-Gov** estabelece uma estreita relação com **conceitos-chave como transparência e accountability.**

POLÍTICA DE E-GOV NA ESFERA FEDERAL

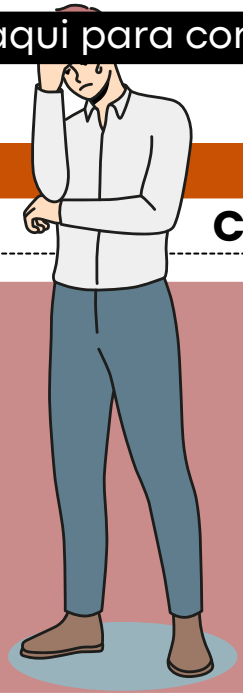
- **O Cidadão, ator principal de todas as ações**, tem a oportunidade de conhecer instrumentos e políticas de governo eletrônico.
- **Objetivo**: Melhorar a **relação e o diálogo com o cidadão**, eliminar barreiras na Web, aumentar a transparência, promover o controle social das ações e incentivar a participação cidadã.
- O **Governo Federal disponibiliza ferramentas e iniciativas aos órgãos** para o desenvolvimento de sistemas e informações.
- **Objetivo: Padronização, integração e interoperabilidade, democratizando o acesso à informação nos sites e portais governamentais**. Isso visa reduzir custos e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, focando no gerenciamento interno do Estado.
- Na r**elação com parceiros e fornecedores**, o Governo Federal desempenha um papel destacado.
- **Objetivo:** Garantir **políticas, padrões e iniciativas que integrem ações dos vários níveis de governo e dos três Poderes.** O foco é melhorar a prestação de serviço e facilitar o compartilhamento de recursos entre órgãos públicos. Isso inclui desenvolvimento colaborativo de ambientes virtuais, compartilhamento de equipamentos e recursos humanos, promovendo a integração.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS VI



AVALIAÇÃO

Finalmente, a fase derradeira do Ciclo de Políticas Públicas abrange um dos momentos mais cruciais: o **acompanhamento da implementação e a avaliação dos resultados**.

O monitoramento ajuda a **compreender** como a política pública está sendo **posta** em prática e se **há necessidade** de **corrigir** eventuais **falhas**.

5

DEPENDENDO DO SUCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO, PODE SER PRECISO **REINICIAR** TODO O **CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, CONFORME DECIDIDO PELO P**ODER PÚBLICO**, QUE DETERMINARÁ SE É NECESSÁRIO PROPOR ALTERAÇÕES OU MANTER O PROJETO.

Esse processo é também uma **valiosa oportunidade** de **aprendizado**.

- Para obter resultados mais eficazes, as políticas públicas devem visar principalmente **promover a cooperação entre os intervenientes e estabelecer-se como um programa viável**.
- Na avaliação das atividades em curso, são usadas **medidas de desempenho**, que consistem em estimativas **quantitativas** ou **qualitativas** da execução das tarefas e dos efeitos das atividades realizadas pelos órgãos avaliados.

As **medidas** mais **comumente empregadas** incluem:

- **Insumos (inputs):** Recursos alocados, como financeiros, pessoal e equipamentos.
- **Resultados (outputs):** Atividades desenvolvidas e serviços prestados, como o número de alunos em sala de aula ou de crianças vacinadas.
- **Impacto (outcomes):** Efeito produzido pelos resultados alcançados, como a redução da pobreza ou a prevenção de doenças.
- **Produtividade:** Capacidade de resolver problemas identificados, como chamadas de emergência resolvidas ou problemas de saúde detetados.
- **Custos:** Análise dos custos médios associados à produção dos serviços, como o custo para construir um quilômetro de estrada ou educar uma criança por ano.
- **Satisfação do usuário:** Reclamações recebidas e resultados de pesquisas de opinião dos utilizadores dos serviços.
- **Qualidade do serviço:** Disponibilidade e adequação do serviço prestado, como o tempo de resposta da polícia ou o tempo de espera num hospital.

clique aqui para conhecer o material completo

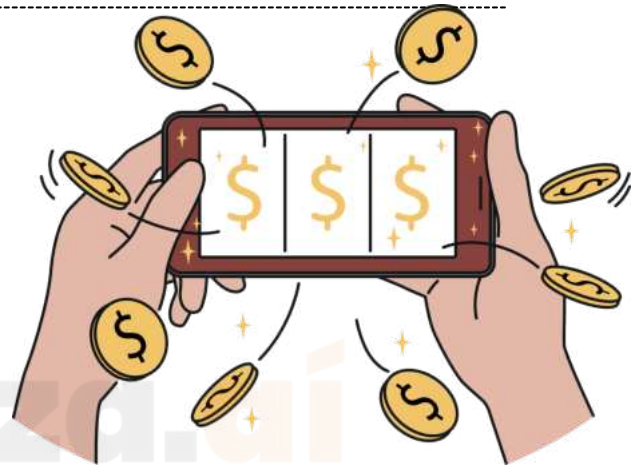
DICA

DESPESA PÚBLICA IV

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

o que precisamos saber?

COMPREENDENDO AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES



As despesas de exercícios anteriores **são despesas fixadas no orçamento atual que surgem de obrigações acordadas em períodos anteriores ao que o pagamento deve ser feito.** Ao contrário dos restos a pagar, **as despesas de exercícios anteriores não foram empenhadas ou, se já foram, tiveram seus empenhos cancelados ou anulados.**

CLASSIFICAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Conforme o artigo 36 da Lei 4.320/64, **os Restos a Pagar são despesas empenhadas, porém não pagas, até o dia 31 de dezembro**. É possível diferenciá-las entre as processadas e as não processadas. Os Restos a Pagar podem ser classificados em duas categorias distintas:

- **Restos a Pagar Processados:** despesas empenhadas, liquidadas e não pagas;
- **Restos a Pagar Não Processados:** despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 6

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

AGENDA 2030 DA ONU

AGENDA 2030 DA ONU

A Agenda 2030 é um **plano de ação** para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a **erradicação da pobreza** em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

QUEM PARTICIPA?

Todos os países e partes interessadas, em colaboração, comprometeram-se a **implementar** a **Agenda 2030**, acordada pelo **Brasil** e outros **192 países da ONU**. O objetivo é **erradicar** a **pobreza**, **proteger** o **planeta** e adotar medidas transformadoras para um **futuro sustentável**. A meta é que ninguém seja deixado para trás nesse esforço conjunto.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas da Agenda 2030 refletem sua **amplitude** e **ambição**.

Construindo sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, buscam realizar os direitos humanos, promover a igualdade de gênero e abordar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável.

ESSES OBJETIVOS E METAS GUIAM A AÇÃO ATÉ 2030 EM ÁREAS FUNDAMENTAIS PARA A HUMANIDADE E O PLANETA.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FASES HISTÓRICAS INICIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO VII

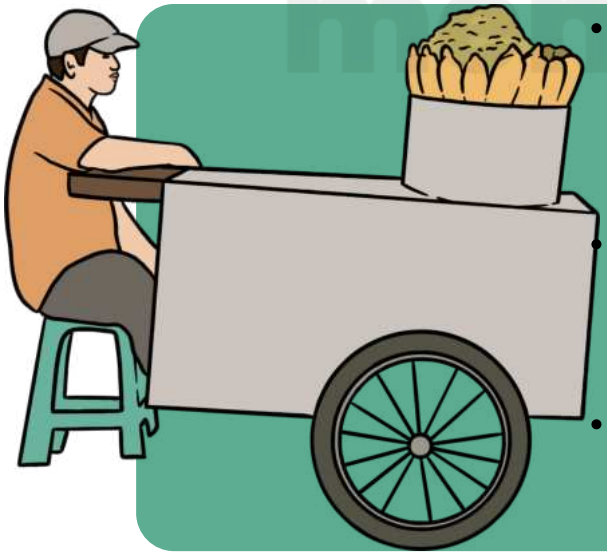
FLEXIBILIZAÇÃO, INFORMALIDADE, TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO I

O QUE PRECISAMOS SABER?

Na era da **globalização do capital**, marcada por mudanças constantes no tempo e no espaço, observa-se uma notável expansão de **novas formas de trabalho**.

ESSA TRANSFORMAÇÃO **NÃO SE LIMITA À INDÚSTRIA**, ALCANÇANDO TAMBÉM A **AGRICULTURA** E OS **SERVIÇOS**.

O fenômeno da **informalidade**, outrora considerado **atípico**, está **gradativamente se tornando a regra predominante**. Nesse cenário, a **precarização do trabalho** emerge como o ponto crucial na dinâmica do **capitalismo flexível**.



- A **flexibilidade**, usualmente vista como maior **adaptabilidade** e **agilidade** nas relações de trabalho, é aqui encarada como um fenômeno que, sem **resistência robusta** em **escala global**, pode resultar em **condições precárias generalizadas**.
- A globalização do capital está provocando mudanças significativas na **natureza do emprego**, promovendo uma ampliação das formas de trabalho mais **informais** e **precárias**.
- Diante disso, torna-se imperativa uma resposta resistente e contrária para evitar a normalização da precarização nas relações de trabalho.

Segundo Ricardo Antunes, no cenário brasileiro, essa prática se espalhou de forma **epidêmica** nas últimas duas décadas, abrangendo **vários setores**. A distinção entre trabalhadores **diretos** e **terceirizados** se manifesta nas condições de treinamento, acesso às instalações da empresa, jornadas mais longas, intensificação do trabalho, maior rotatividade, salários inferiores e ambientes de trabalho mais inseguros.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO XVI

A Segunda República é o período em que Getúlio Vargas liderou, inicialmente de **forma interina** e até 1945.

Esse período de **15 anos** pode ser **dividido em três fases** distintas:

Governo **Provisório** (1930-1934), Governo **Constitucional** (1934-1937) e **Estado Novo** (1937-1945).

- Getúlio Dornelles Vargas foi um **influente líder político** brasileiro que deixou sua marca na história do país no século XX.
- Nascido em 19 de abril de 1882 em São Borja, Rio Grande do Sul, faleceu em 24 de agosto de 1954 no Rio de Janeiro. Vargas, um **líder carismático e controverso**, provocou opiniões divergentes durante sua trajetória política.
- Seu legado inclui **contribuições para a industrialização e modernização do Brasil, mas também seu autoritarismo e as contradições de seu governo**.
- Sua morte em 1954, por suicídio, teve um **impacto significativo na política brasileira** e na memória nacional.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO XI

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Durante o Segundo Reinado, a questão da abolição da escravatura foi um tema central nos debates políticos do Brasil.

O caminho em direção à abolição teve **início com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós**, em 1850, que **proibiu o tráfico de escravos no território brasileiro**.

- Essa lei foi um avanço importante rumo à abolição, pois o **tráfico transatlântico era a principal forma de manter o alto número de escravos** no país.
- A partir desse momento, começou uma **transição gradual em direção à abolição**, apesar de a elite econômica tentar adiar esse processo o máximo possível.

Durante essa transição, várias **legislações** foram **promulgadas**:

Lei Feijó: Promulgada em 1831 durante o Período Regencial, sob a regência de Diogo Antônio Feijó. Visava regulamentar a **administração das províncias brasileiras na ausência do monarca**.

Bill Aberdeen: Não era uma lei brasileira, mas britânica. Aprovada em 1845 no Reino Unido, tinha como objetivo **regular o tráfico negreiro, restringindo-o**.

Lei do Ventre Livre: Instituída em 1871, determinava que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data seriam **considerados livres**, porém permanecendo sob a **tutela de seus proprietários** até certa idade.

Lei dos Sexagenários: Também conhecida como **Lei Saraiva-Cotegipe**, promulgada em 1885, estabelecia a **libertação dos escravos com mais de 60 anos**, representando um avanço na abolição da escravidão no Brasil.

Lei Áurea: Assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, efetivamente **aboliu a escravidão no Brasil**, declarando a libertação de todos os escravos e encerrando oficialmente a instituição da escravidão.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 7

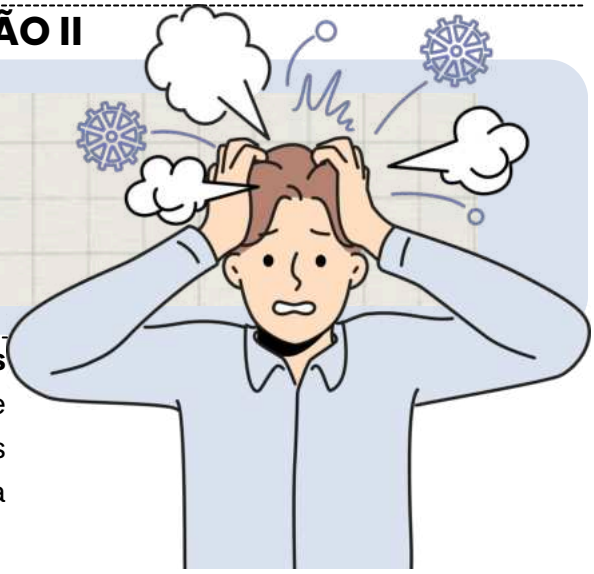
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

COMUNICAÇÃO II

GESTÃO DE CONFLITOS

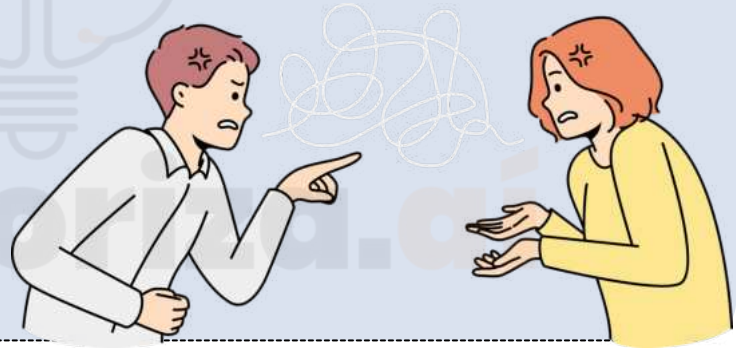


Conflitos são vistos como **fenômenos naturais e inevitáveis nas organizações**. Diferenças de objetivos, prioridades, recursos e perspectivas podem criar condições propícias para conflitos.

ORIGEM DOS CONFLITOS

- Muitos conflitos têm sua **origem em impasses**, nos quais as partes envolvidas possuem interesses opostos ou incompatíveis.
- A própria estrutura e dinâmica organizacional podem contribuir para a geração de conflitos, especialmente quando há ambiguidade de papéis, escassez de recursos, competição por promoções, etc.

O **gerenciamento eficaz de conflitos é crucial para o bom funcionamento de uma organização**. Pode envolver a identificação precoce de conflitos, a promoção de comunicação aberta e estratégias de resolução adequadas.



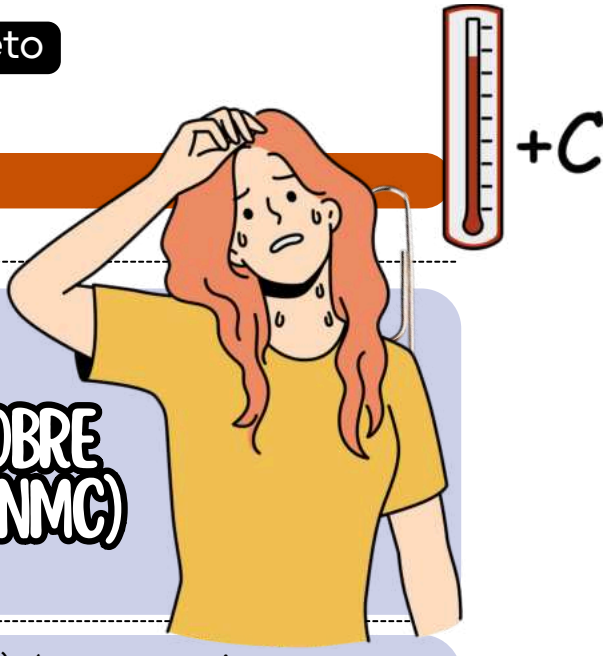
TIPOLOGIA DE CONFLITOS:

- **Interorganizacionais**: Conflitos que ocorrem entre organizações.
- **Intergrupais**: Conflitos entre diferentes grupos dentro da mesma organização.
- **Intragrupais**: Conflitos que ocorrem dentro de um grupo específico.
- **Interpessoais**: Conflitos entre indivíduos.
- **Intrapessoais**: Conflitos que ocorrem dentro de uma única pessoa.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 12.187/2009



POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) é um marco importante que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

O que é mudança do clima?

- De acordo com a PNMC, o conceito de "**mudança do clima**" refere-se à "**evolução gradual das condições climáticas ao longo do tempo, causada tanto por atividades humanas quanto por fatores naturais**."
- A principal missão da PNMC é **incentivar o desenvolvimento sustentável**, ao mesmo tempo em que busca **reduzir os impactos das mudanças climáticas** e **promover** a **adaptação** a essas alterações.

Em termos simples, "**mudança do clima**" se refere à **transformação do clima da Terra**, que pode ocorrer devido às atividades humanas, como a emissão de gases de efeito estufa, e também por **mudanças naturais na atmosfera** ao longo do tempo.

PRINCÍPIOS DA PNMC

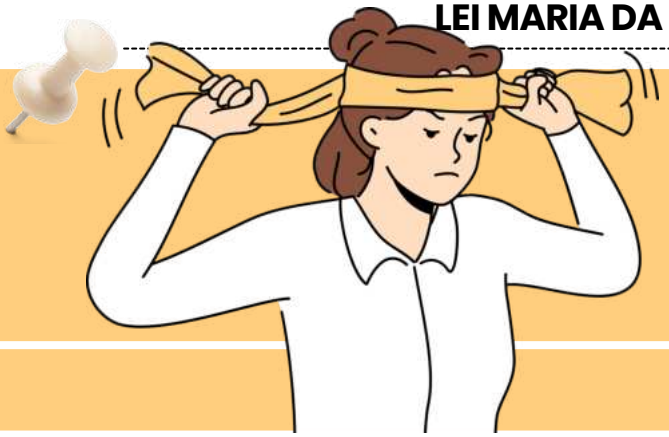
Os **cinco princípios da PNMC** são:

- **PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO**: AGIR PARA EVITAR DANOS QUE AINDA NÃO SÃO TOTALMENTE CONHECIDOS.
- **PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO**: AGIR PARA EVITAR QUE OS DANOS ACONTEÇAM.
- **PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**: ENVOLVER A SOCIEDADE NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.
- **PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SEM COMPROMETER O MEIO AMBIENTE.
- **PRINCÍPIO DAS RESPONSABILIDADES COMUNS, PORÉM DIFERENCIADAS:** TODOS DEVEM AGIR PARA ENFRENTAR AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, MAS AS RESPONSABILIDADES SÃO DIFERENTES PARA CADA PAÍS OU SETOR DA SOCIEDADE.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI MARIA DA PENHA – LEI N. 11.340/06



LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha foi criada para **prevenir** e **combater a violência doméstica** e **familiar contra a mulher**. Para isso:

- Baseia-se no art. 226, § 8° da Constituição Federal, que destaca a **proteção da família**;
- Segue **tratados internacionais** como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará;
- Prevê a c**riação de Juizados de Violência Doméstica** e **Familiar** e estabelece medidas de proteção e assistência às vítimas.

Toda **mulher** tem **direito de viver sem violência**, independentemente de:

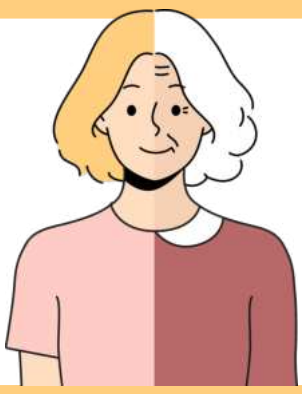
- **CLASSE SOCIAL:** RICA OU POBRE;
- **RAÇA OU ETNIA:** NEGRA, INDÍGENA, BRANCA ETC.;
- **ORIENTAÇÃO SEXUAL:** HETEROSSEXUAL, LÉSBICA, BISSEXUAL ETC.;
- IDADE, RELIGIÃO OU NÍVEL EDUCACIONAL.

- ELA DEVE TER **CONDIÇÕES** E **OPORTUNIDADES** PARA PRESERVAR SUA:
- **SAÚDE FÍSICA** E **MENTAL**;
- DESENVOLVIMENTO **MORAL**, **INTELECTUAL** E **SOCIAL**.

A interpretação da Lei Maria da Penha deve levar em conta:

- Os **fins sociais** para os quais ela foi criada (proteção da mulher contra a violência);
- As **condições específicas de cada mulher** em situação de **violência doméstica** e familiar.
- **Exemplo Prático:**
- Um juiz deve considerar o **contexto da vítima** (por exemplo, dependência financeira do agressor) ao aplicar a lei.

São assegurados às **mulheres** os seguintes **direitos fundamentais**:



- Vida, segurança, saúde, moradia, educação, trabalho e acesso à justiça;
- Participação em esporte, lazer e cultura;
- Liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária.

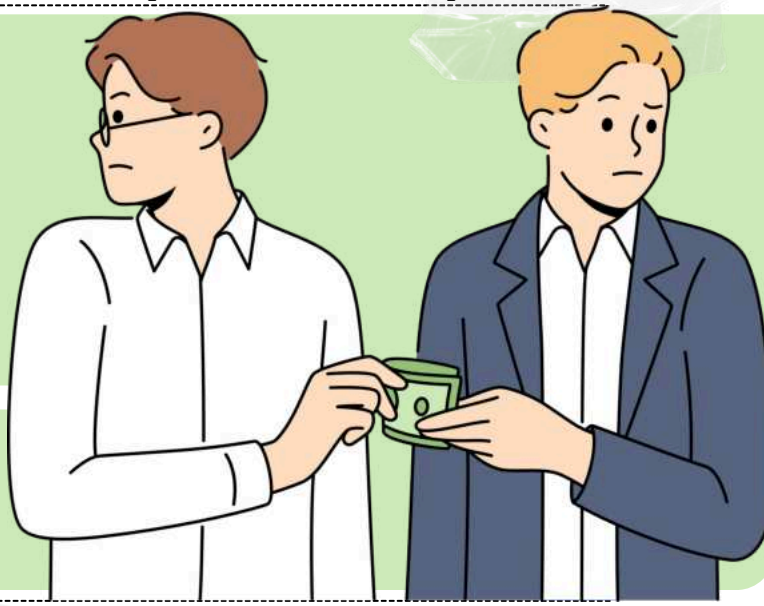
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/98) I

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO



A lavagem de dinheiro envolve a ação de **conferir uma aparência de legalidade a bens, direitos ou valores originados de uma infração penal**.

O agente, por meio dessa prática, **esconde ou disfarça a natureza**, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade desses bens, direitos ou valores provenientes de atividades criminosas.

O termo "lavagem de dinheiro" surgiu do direito norte-americano (money laundering) por volta de 1920, referindo-se aos **mafiosos que usavam lavanderias como fachada para legalizar o dinheiro obtido de atividades ilícitas**.

- Em outros países como Portugal e Espanha, é comum o uso da expressão "branqueamento de capitais".

Etapas da lavagem de dinheiro:

Fase da colocação (placement):
Introdução do dinheiro ilegal no sistema financeiro, incluindo técnicas como smurfing, que envolve múltiplos depósitos fracionados para ocultar grandes somas.

Fase da dissimulação/mascaramento (layering):
Realização de negócios ou movimentações financeiras complexas para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos.

Fase da Integração (integration):
Incorporação dos bens ao sistema econômico.

Atenção

NÃO É NECESSÁRIO **COMPLETAR TODAS AS FASES** PARA QUE O **CRIME** DE LAVAGEM DE DINHEIRO SEJA **CONFIGURADO**.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS COMUNS
BLOCO 8 E 9

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

PRINCIPAIS REGÊNCIAS

A regência verbal envolve o relacionamento entre os verbos e seus complementos, incluindo as preposições necessárias para estabelecer essas relações. Vamos conhecer abaixo algumas das regências mais comuns em português, com exemplos de verbos que as ilustram:

VERBO ACOMPANHADO DE PREPOSIÇÃO
- Gostar de: Eu gosto de estudar.
- Depender de: Isso depende de você.
- Acreditar em: Eu acredito em você.

VERBO TRANSITIVO DIRETO (não requer **preposição**):
- Comer: Ele comeu o bolo.
- Ler: Ela leu o livro.
- Beber: Eles beberam a água.

VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO (pode ser acompanhado por **objeto direto e objeto indireto**):
- Dar: Ele deu um presente a ela.
- Enviar: Vou enviar o documento a você.
- Mostrar: Ele mostrou a imagem aos alunos.

VERBO INTRANSITIVO (não requer **complemento**):
- Chegar: Eles chegaram a tempo.
- Dormir: Ela dormiu cedo.
- Partir: O avião parte às 14 horas.

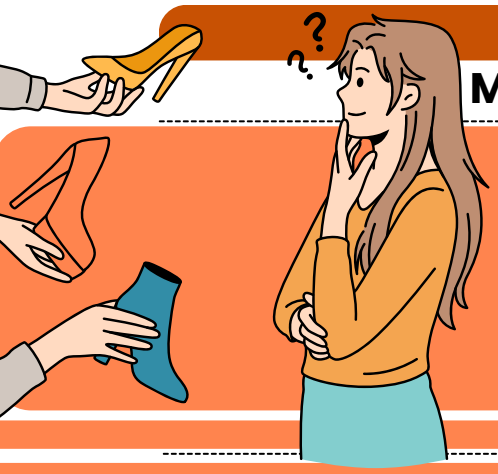
VERBO DE LIGAÇÃO (não requer **complemento**, mas **liga o sujeito a um predicativo**):
- Ser: Ela é inteligente.
- Ficar: Ele ficou feliz.
- Parecer: Isso parece interessante.

VERBO INTRANSITIVO COM ADJUNTO ADVERBIAL (requer um **complemento adverbial**):
- Trabalhar: Ela trabalha todos os dias.
- Estudar: Eles estudam com afinco.

VERBO DE COMPLEMENTO NOMINAL (não requer **objeto direto ou indireto**, mas **complementa um nome**):
- Gozar de: Ele goza de boa saúde.
- Cuidar de: Ela cuida do jardim.

VERBO DE TRANSIÇÃO (necessita de **objeto direto**):
- Procurar: Procuro um emprego.
- Encontrar: Ela encontrou seu cachorro.

clique aqui para conhecer o material completo



DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL

MODA

mas não é essa aqui do lado

Em um conjunto de dados, a moda é aquele **resultado mais recorrente no conjunto**, ou seja, com maior **frequência absoluta**. Já parou para pensar sobre como as lojas planejam os seus estoques de um determinado produto? Ainda que existam várias marcas de um mesmo produto, há aquele tem maior saída. Para analisar isso, é utilizada a moda.

EXEMPLO 1:

Em uma loja de calçados femininos, o estoque é reposto mensalmente. Para entender melhor o consumo de seus clientes, o dono da loja decidiu anotar o tamanho escolhido pelos 35 primeiros clientes em uma lista:

N = {35, 37, 36, 34, 38, 35, 37, 37, 33, 36, 38, 37,35, 37, 34, 33, 37, 36, 35, 38, 36, 35, 36, 37, 38, 39, 37, 37, 36, 37, 33, 37, 35, 37, 39}

Analisando os dados coletados, para realizar o próximo pedido, o tamanho de calçado mais recorrente entre as clientes é a **moda desse conjunto**.

N = {35, 37, 36, 34, 38, 35, 37, 37, 33, 36, 38, 37,35, 37, 34, 33, 37, 36, 35, 38, 36, 35, 36, 37, 38, 39, 37, 37, 36, 37, 33, 37, 35, 37, 39}

A partir da moda, é possível perceber que **37 é o tamanho mais recorrente** entre as clientes dessa loja, dado esse que ajudaria a loja na escolha dos tamanhos na hora de repor o estoque. Representamos a moda por Mo.

- Para encontrar a moda, basta escolher o valor com maior frequência absoluta.

→ NESSE CASO, TEMOS QUE **MO = 37**.

EXEMPLO 2:

Analise os conjuntos e encontre a sua moda:

- a) **A = {1, 0, 2, 3, 1, 4, 5, 1, 2, 3, 0, 7, 8, 9}**

Analisando o conjunto A, é possível perceber que existem dois elementos que mais se repetem no conjunto: A = {1, 0, 2, 3, 1, 4, 5, 1, 0, 3, 0, 7, 8, 9, 0, 1} → **Mo = {0, 1}**

Nesse caso existem dois valores que possuem maior frequência absoluta, logo o conjunto terá duas modas, configurando-se como um **conjunto bimodal**.

- b) **B { 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6}**

Analisando esse conjunto, podemos perceber que todos os elementos se repetem de forma **igualitária**. Quando a frequência absoluta dos termos é a mesma, o conjunto não terá uma moda, logo dizemos que o **conjunto é amodal**.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

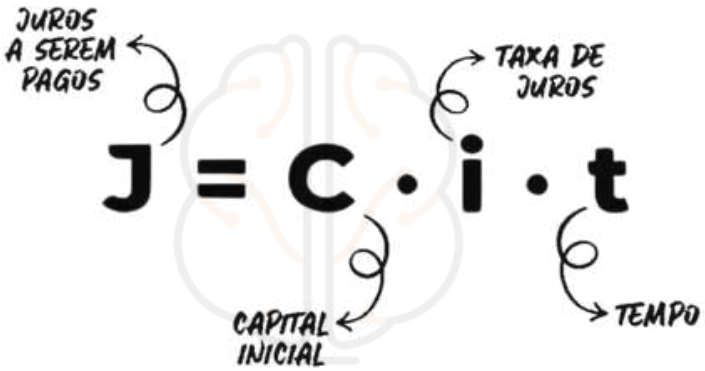
MATEMÁTICA FINANCEIRA

JUROS SIMPLES

No cálculo de juros simples, **a porcentagem do juro é calculada sempre sobre o valor principal emprestado (ou investido) durante um determinado período de tempo**.

Os juros simples são chamados "simples" **porque a porcentagem de juros é aplicada apenas ao valor principal**, e essa porcentagem permanece constante ao longo do tempo.

A FÓRMULA PARA CALCULAR JUROS SIMPLES É:



Onde:

- **J** é o montante dos juros.
- **C** é o valor principal (ou o valor inicial emprestado ou investido).
- **i** é a taxa de juros por período, geralmente expressa como uma fração ou decimal.
- **t** é o tempo em que o dinheiro é emprestado ou investido, geralmente em anos.

EXEMPLO DE JUROS SIMPLES:

Suponha que você empreste R$ 1.000 a uma taxa de juros simples de 5% ao ano durante 3 anos. O cálculo dos juros simples pode ser feito da seguinte forma:

$$J=C\times i\times t$$

Onde:

- C é o valor principal (R$ 1.000).
- i é a taxa de juros por período (5% ou 0,05).
- t é o tempo em anos (3 anos).

Substituindo os valores na fórmula:

$$J=1.000\cdot 0,05\cdot 3$$

$$J=150$$

Portanto, os juros simples neste caso seriam de **R$ 150.**

Para encontrar o **montante total ao final dos 3 anos**, somamos os juros ao principal:

$$M=C+J$$

$$M=1.000+150$$

$$M=1.150$$

Então, o montante total ao final de 3 anos será de **R$ 1.150.**

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS I

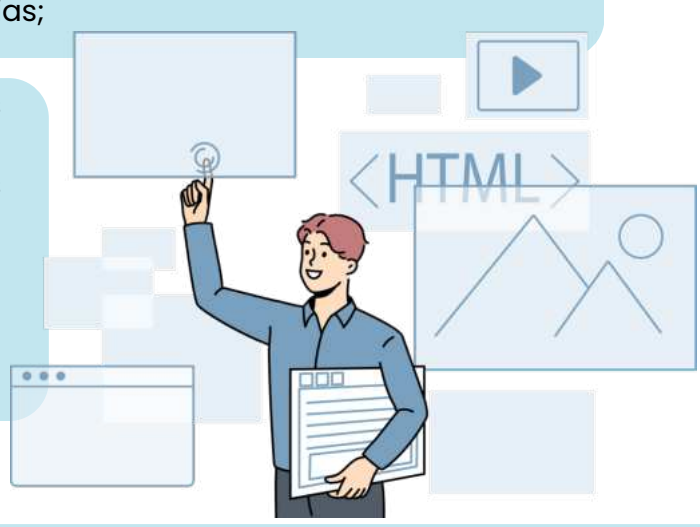
REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Artigo 7°. O **processamento de dados pessoais** só pode ser **realizado** nas seguintes circunstâncias:

- Ao obter **consentimento** do titular;
- Para **cumprir obrigações legais ou regulatórias** pelo controlador;
- Pela **administração pública**, para **tratamento** e uso **compartilhado** de **dados necessários** para a execução de **políticas públicas** conforme leis, regulamentos ou contratos;
- Para conduzir estudos por **órgãos de pesquisa**, garantindo, sempre que possível, a **anonimização** dos dados pessoais;
- Quando necessário para a **execução** de **contratos** ou procedimentos preliminares relacionados a contratos com o titular dos dados;

- Para o **exercício regular de direitos em processos** judiciais, administrativos ou arbitrais, este último de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- Para **proteger a vida ou a integridade física** do titular ou de terceiros;
- Para **cuidados de saúde**, realizados exclusivamente por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridades sanitárias;

- Quando necessário para atender aos **interesses legítimos do controlador ou de terceiros**, exceto se os direitos fundamentais do titular que exigem proteção dos dados pessoais forem predominantes;
- Para **proteger o crédito**, conforme a legislação aplicável.



não esquecer

NÃO É NECESSÁRIO OBTER O **CONSENTIMENTO** DO TITULAR PARA OS DADOS QUE TENHAM SIDO TORNADOS **PUBLICAMENTE** PELO **TITULAR**, **DESDE QUE** OS DIREITOS E PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS NESTA LEI SEJAM RESPEITADOS.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

APLICAÇÃO DA LEI 8112/1990

A Lei nº 8.112/1990 estabelece o **regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias federais (inclusive as em regime especial) e das fundações públicas federais**. Isso significa que as disposições desta lei se aplicam exclusivamente aos servidores públicos civis federais que ocupam cargos efetivos ou comissionados na esfera federal do governo brasileiro.

As disposições da Lei n. 8.112 **não se aplicam a todos os agentes públicos,** vamos esquematizar isso?

NÃO SE APLICA

- Aos **empregados públicos federais, que são regidos pelas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Esses empregados têm um vínculo de emprego público, mas não são considerados servidores públicos estatutários.
- Aos **servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. Cada ente federativo possui sua própria legislação e regime jurídico para seus servidores, que pode ser diferente da legislação federal.
- **Aos militares**. Os militares das Forças Armadas têm um regime jurídico próprio, regido por leis específicas das Forças Armadas, e não estão sujeitos à Lei n. 8.112/1990.

SE APLICA

- Aos **servidores estatutários da administração direta federal**, ou seja, aqueles que trabalham diretamente nos órgãos da União, como ministérios e secretarias federais.
- Aos **servidores das autarquias federais, incluindo aquelas em regime especial.** As autarquias são entidades da administração indireta que desempenham funções específicas e têm autonomia administrativa.
- Aos **servidores das fundações públicas federais**, que são entidades com personalidade jurídica de direito privado, mas que têm finalidade pública e são vinculadas à administração pública federal.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

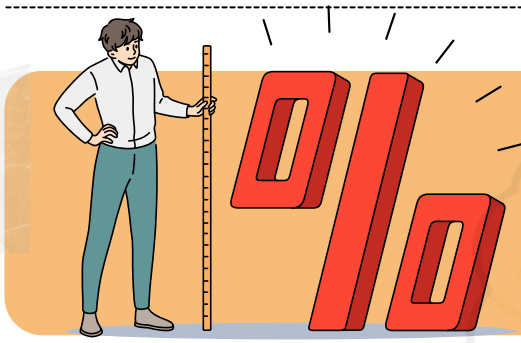
DICA

DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO II

VÍCIOS DE QUANTIDADE DO PRODUTO

Se o produto tiver **menos do que o prometido** (peso, volume, etc.), o fornecedor é responsável.



O que o consumidor pode fazer?

- Pedir **abatimento** no preço;
- Solicitar a **complementação** (por exemplo, completar o peso);
- **Trocar o produto** por outro em boas condições;
- Pedir a **devolução** do valor pago.

VÍCIOS DE QUALIDADE DO SERVIÇO

O serviço prestado tem **defeitos** (qualidade ruim ou diferente do prometido).

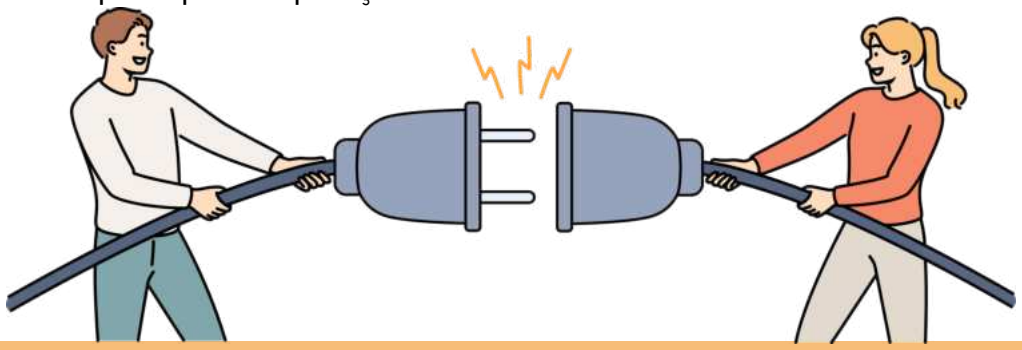
O que o consumidor pode fazer?

- PEDIR QUE O SERVIÇO SEJA FEITO **NOVAMENTE**;
- **DEVOLUÇÃO** DO VALOR PAGO;
- **DESCONTO PROPORCIONAL** NO PREÇO.

SE UM PRODUTO PRECISAR DE **CONSERTO**, O FORNECEDOR DEVE **USAR PEÇAS ORIGINAIS OU EQUIVALENTES**. O CONSUMIDOR PRECISA CONCORDAR SE PEÇAS NÃO ORIGINAIS FOREM USADAS.

SERVIÇOS ESSENCIAIS

Serviços públicos (ex.: energia, água) devem ser **contínuos** e **eficientes**. Se não forem, o consumidor pode pedir reparação.



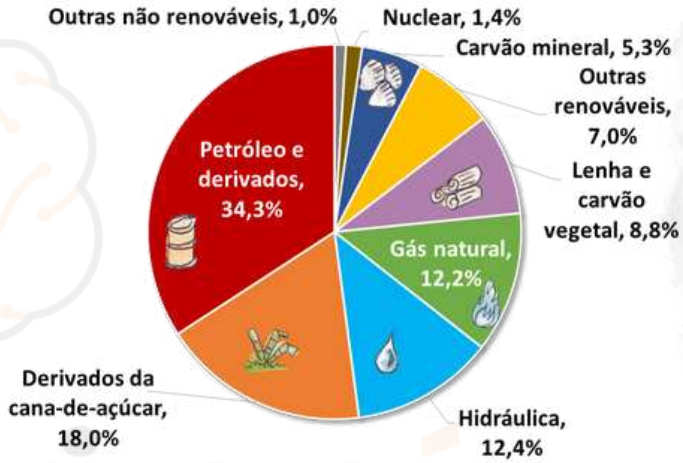
clique aqui para conhecer o material completo

DICA

MATRIZ ENERGÉTICA I

A matriz energética de um país representa as **fontes de energia usadas para atender às necessidades energéticas da sociedade**, abrangendo eletricidade, transporte e aquecimento.

Uma matriz energética diversificada é mais **resistente a choques externos**, como variações nos preços de commodities ou interrupções no fornecimento, pois evita depender excessivamente de uma única fonte de energia.



Além disso, uma matriz equilibrada promove a **segurança energética do país**, garantindo um acesso confiável e estável à energia, o que pode ser alcançado por meio da diversificação das fontes de energia.

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE V

PERDA DE NACIONALIDADE

Art. 12. (...) §4° - § 4° - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 131, de 2023)
II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 131, de 2023)

Situações nas quais a perda da nacionalidade se configura:

CANCELAMENTO DE NATURALIZAÇÃO

Em relação ao cancelamento da naturalização por decisão judicial devido a atividades prejudiciais ao interesse nacional, a EC 131 alterou a condição para permitir **somente em casos de fraude no processo de naturalização** ou de **atentado** à **ordem constitucional e ao Estado Democrático de Direito**.

AQUISIÇÃO DE OUTRA NACIONALIDADE

Com a EC 131, a possibilidade de perder a nacionalidade brasileira ao adquirir nacionalidade estrangeira foi **eliminada**, passando a depender de **solicitação do cidadão** perante a **autoridade brasileira** competente, concedida apenas se não resultar em **apatridia**.

ALÉM DISSO, A NOVA EMENDA **GARANTE** AO **BRASILEIRO NATO** A POSSIBILIDADE DE **READQUIRIR A NACIONALIDADE ORIGINAL**, CONFORME PREVISTO EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

LEMBRE-SE!

A nacionalidade brasileira não é perdida nas seguintes situações:

Imposição de naturalização por parte da norma estrangeira a um brasileiro residente em um país estrangeiro, como um requisito para permanecer no território ou para exercer direitos civis.

Reconhecimento de **nacionalidade original** pela legislação estrangeira.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade
Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade
Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade
Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade
A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 8

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

LEI Nº 8.080/1990 II

OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES SUS

Os objetivos estão relacionados à **promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como à abordagem ampliada da saúde que considera os fatores determinantes e condicionantes.**

QUAIS SÃO ESSES OBJETIVOS?

Objetivo 1: Identificar e divulgar os **fatores determinantes da saúde.**

Objetivo 2: Formular uma **política econômica e social** que permita ao Estado prover as **ações e serviços de saúde.**

Objetivo 3: Assistir as pessoas por meio de **ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com ênfase nas ações preventivas,** embora sejam necessárias ações curativas.

memoriza.aí

curiosidade!

"ações preventivas"

Essas ações têm como objetivo evitar o surgimento de doenças, lesões ou condições de saúde adversas. Elas são implementadas antes que um problema de saúde se desenvolva e visam reduzir fatores de risco ou exposição a situações prejudiciais.

curiosidade!

"ações curativas"

As ações curativas estão relacionadas ao tratamento e à gestão de doenças, lesões ou condições de saúde já estabelecidas. Elas visam restaurar a saúde e aliviar os sintomas.

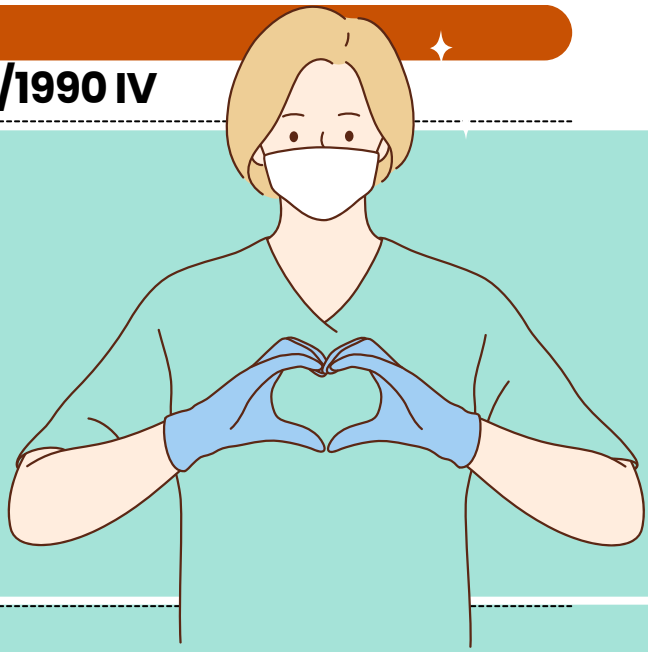
clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

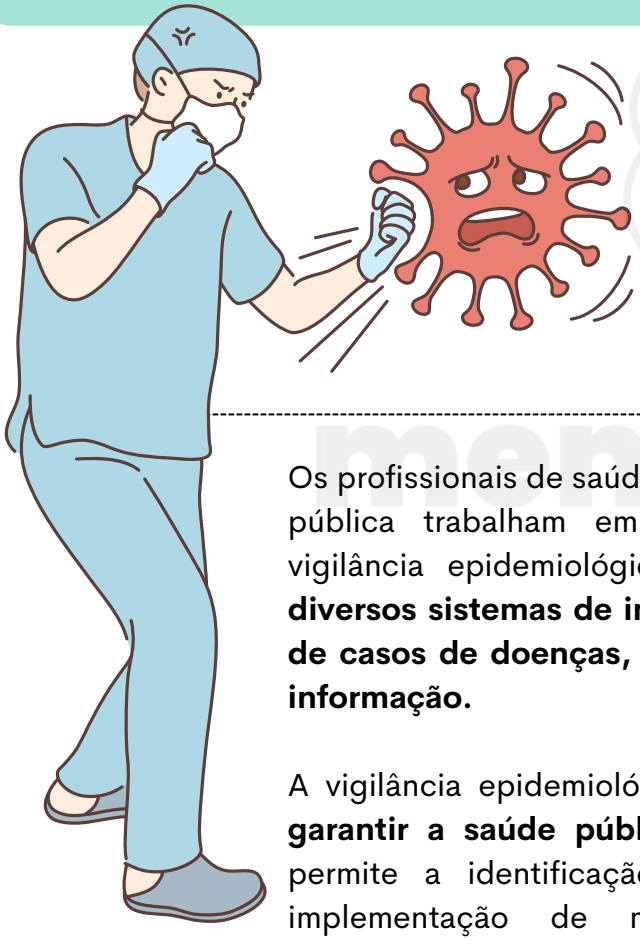
LEI Nº 8.080/1990 IV

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA



A vigilância epidemiológica é um componente essencial da saúde pública que se concentra na **coleta, análise e interpretação de dados relacionados à ocorrência de doenças e agravos em uma população.**

QUAL SEU OBJETIVO?



Monitorar a saúde da comunidade;
Detectar surtos de doenças;
Identificar fatores de risco;
Recomendar medidas de prevenção e controle;
Fornecer informações para tomada de decisões em saúde pública.

Os profissionais de saúde, epidemiologistas e autoridades de saúde pública trabalham em estreita colaboração para conduzir a vigilância epidemiológica, **coletando e analisando dados de diversos sistemas de informação em saúde, como notificações de casos de doenças, exames laboratoriais e outras fontes de informação.**

A vigilância epidemiológica é uma **ferramenta importante para garantir a saúde pública e a segurança da população**, pois permite a identificação precoce de problemas de saúde, a implementação de medidas de controle eficazes e o acompanhamento de tendências e padrões de doenças.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

NOÇÕES CONCEITUAIS DE HIGIENE DO TRABALHO VIII

ACIDENTES DO TRABALHO

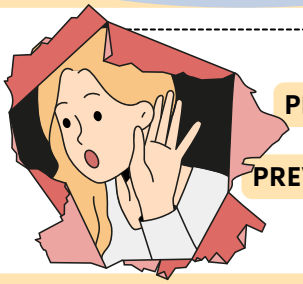
Inicialmente, é essencial responder à pergunta:

O que **constitui um acidente** de **trabalho** e quando ele **ocorre**?

A principal legislação que aborda esse assunto é a Lei nº 8.213/91. De acordo com o artigo 19 dessa lei, um acidente de trabalho é aquele que **acontece durante o exercício das funções a serviço da empresa**, empregador doméstico, ou pelos segurados mencionados no inciso VII do artigo 11.

Esse acidente resulta em **lesão corporal** ou **perturbação funcional**, levando à **morte**, **perda** ou **redução temporária** ou **permanente** da **capacidade** de **trabalhar**. Após compreender como o acidente de trabalho ocorre, é crucial abordar o **processo** de **confirmação** desse **incidente**.

- A confirmação é realizada por meio de **perícia médica feita pelo INSS**, estabelecendo a **relação** entre o **acidente** e as **atividades** do **colaborador**.
- Como consequência desse procedimento, o funcionário pode ser **temporariamente afastado** de suas funções devido à incapacidade de realizar suas tarefas diárias.
- Esse afastamento é especialmente necessário quando o acidente resulta em uma significativa e, por vezes, **permanente redução nas habilidades** do colaborador, impossibilitando-o de continuar desempenhando a mesma função.
- A medida de **afastamento temporário** tem como objetivo garantir a **recuperação adequada** do trabalhador, proteger sua saúde, permitir avaliações médicas e implementar medidas necessárias para seu retorno ao trabalho, quando viável.



O ACIDENTE DE TRABALHO AFETA O CÁLCULO DO **FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP)** DA **EMPRESA**, CONFORME DEFINIDO NO ARTIGO 10 DA LEI Nº 10.666/2003. ESSE FATOR TEM UM IMPACTO DIRETO NAS **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS** DA EMPRESA, PODENDO **AUMENTAR** OU **DIMINUIR** COM BASE NO **HISTÓRICO DE ACIDENTES**.

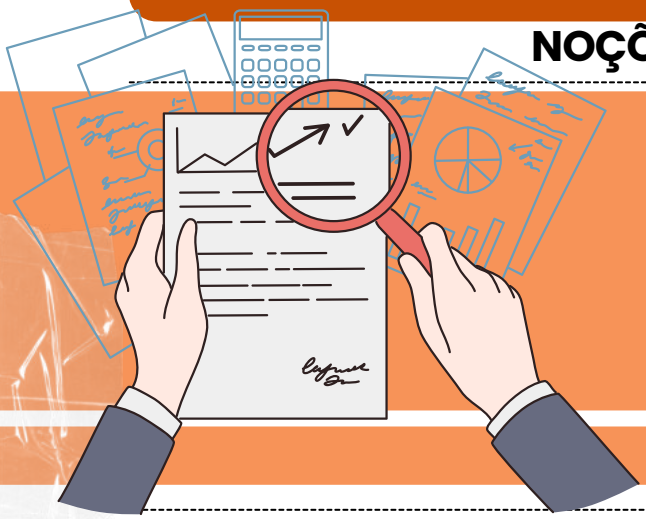
clique aqui para conhecer o material completo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
BLOCO 9

clique aqui para conhecer o material completo

DICA

NOÇÕES DE AUDITORIA



FINALIDADE E OBJETIVOS DA AUDITORIA

A auditoria tem como principal objetivo examinar **registros**, **processos** e **controles** de uma organização para verificar sua **conformidade** com normas, regulamentos e boas práticas.

Principais Finalidades da Auditoria:

- ✓ Assegurar confiabilidade das informações **contábeis** e **financeiras**.
- ✓ Prevenir e detectar **fraudes** e **irregularidades**.
- ✓ Avaliar a **eficiência operacional** e identificar oportunidades de melhoria.
- ✓ Garantir **conformidade** com leis, regulamentos e normas internas.

📜 A auditoria é **obrigatória**?

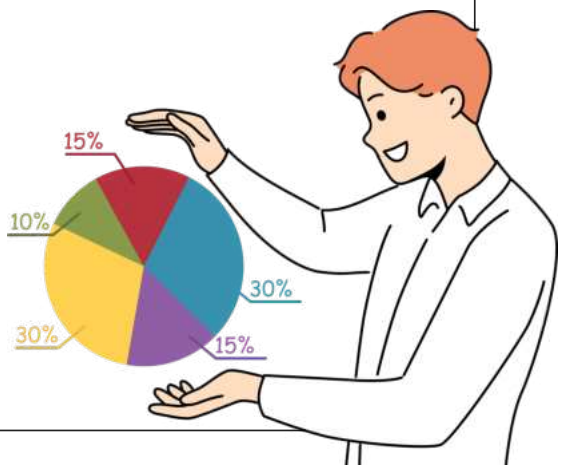
Depende do tipo de organização! Algumas **entidades** são **obrigadas** por lei a realizar **auditorias periódicas**. Exemplos:

📌 **Empresas de Capital Aberto –** Aquelas que possuem ações na bolsa precisam de auditoria independente (Lei nº 6.404/76 – Lei das S.A.).

📌 **Órgãos Públicos –** Devem ser auditados por tribunais de contas para garantir a correta aplicação dos recursos públicos (Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000).

📌 **Bancos e Instituições Financeiras –** Devem seguir normas rígidas de auditoria para evitar fraudes e garantir a segurança dos depósitos.

📌 **Organizações do Terceiro Setor –** Entidades que recebem verbas públicas precisam prestar contas via auditoria externa.



✅ MESMO QUANDO NÃO É **OBRIGATÓRIA**, A AUDITORIA PODE SER REALIZADA DE FORMA **VOLUNTÁRIA** PARA GARANTIR MAIOR CREDIBILIDADE E EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS INTERNOS.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

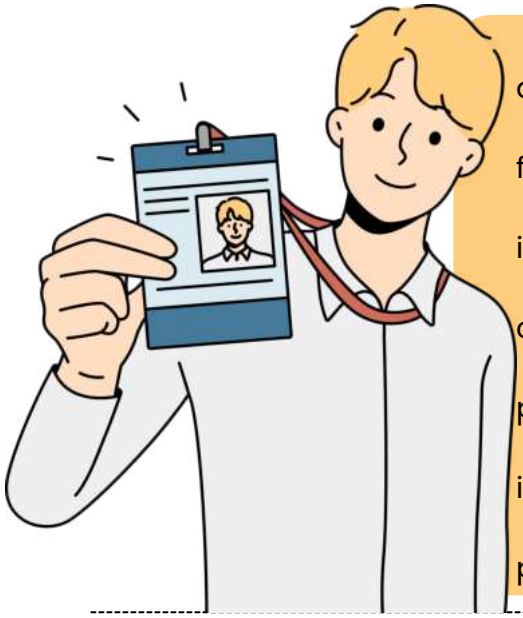
DICA

NOÇÕES DE AUDITORIA

TIPOS E FORMAS DE AUDITORIA

A auditoria pode ser classificada de diferentes formas, dependendo do seu objetivo e da entidade auditada.

Principais **Tipos** de **Auditoria**:



Auditoria Contábil – Verifica registros financeiros e demonstrações contábeis para garantir sua veracidade.

Auditoria Fiscal – Avalia se tributos e impostos foram calculados e pagos corretamente.

Auditoria Operacional – Examina processos internos para medir eficiência e eficácia das operações.

Auditoria de Conformidade – Analisa o cumprimento de normas e regulamentos.

Auditoria Interna – Realizada dentro da empresa para aprimorar controles internos.

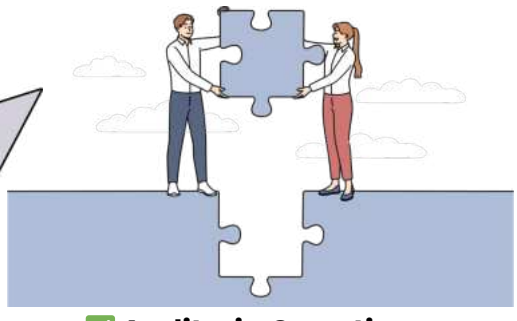
Auditoria Externa – Feita por auditores independentes para validar informações financeiras.

Auditoria Governamental – Aplicada em órgãos públicos para fiscalizar a aplicação de recursos.

FORMAS DE AUDITORIA:

📊 **Auditoria Preventiva:** Foca na identificação de riscos antes que problemas ocorram.

🔎 **Auditoria Detectiva:** Busca identificar erros ou fraudes já ocorridos.



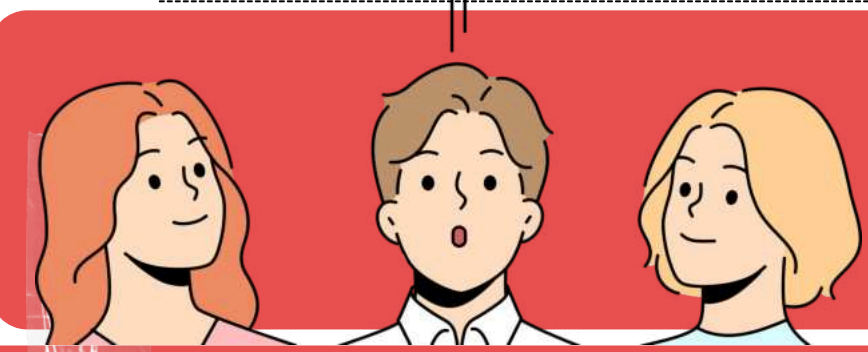
✅ **Auditoria Corretiva:** Aponta falhas e propõe melhorias para corrigir problemas identificados.

clique aqui para conhecer o material completo

memoriza.aí

DICA

NOÇÕES DE AUDITORIA



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA AUDITORIA

Para garantir a **credibilidade** do processo de auditoria, o auditor deve seguir princípios essenciais:

🎯 **1. Independência Profissional:**
O auditor deve agir de forma isenta e imparcial, sem vínculos que possam comprometer sua análise.
✓ Não pode ter relação pessoal ou financeira com a entidade auditada.
✓ Deve evitar qualquer tipo de influência externa.
✓ Precisa relatar qualquer conflito de interesse.

🎓 **2. Competência Profissional:**
O auditor deve ter conhecimento **técnico**, **experiência** e **atualização** contínua sobre normas e regulamentos.
✓ Formação em **Ciências Contábeis** ou áreas afins.
✓ Registro no **Conselho Regional de Contabilidade** (CRC).
✓ Certificação como **Auditor Independente** pelo CFC e CVM (para auditorias externas).

👉 **3. Responsabilidade Social do Auditor:**
Além da análise técnica, o auditor tem uma **função social** importante:
✓ Combater fraudes e corrupção.
✓ Garantir transparência nas demonstrações financeiras.
✓ Assegurar que recursos públicos sejam bem utilizados.

CHEGAMOS AO FIM

Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o **Concurso Nacional Unificado!**

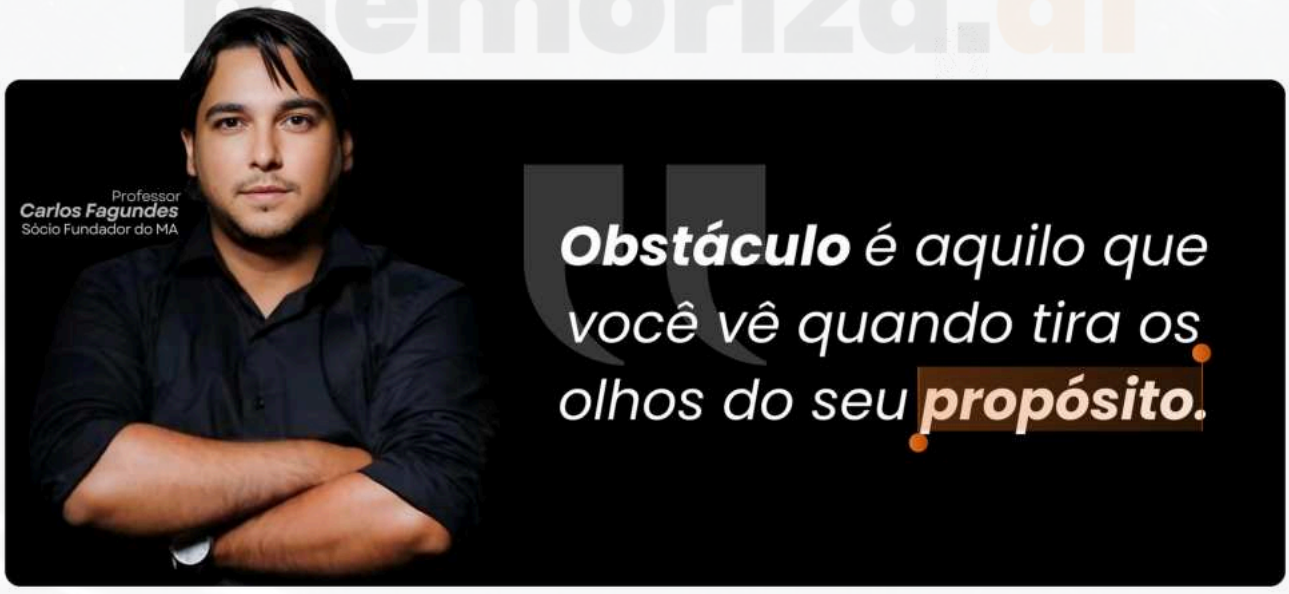
Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ clique aqui para conhecer o material completo



→ Acesse nosso Instagram